



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO

PROCESSO SEI Nº 3551009.401.00002568/2026-43

PROCESSO DE COMPRA (SUP) Nº 29/2026

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/26

A Prefeitura Municipal de São Vicente através da Secretaria da Saúde de São Vicente torna público para conhecimento de todos os interessados que no dia e hora abaixo indicados, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, que será regido pela Lei Federal Nº 14.133, de 01/04/2021, Decreto Municipal Nº 6.375, de 26 de dezembro de 2023 e Decreto Municipal Nº 5.565-A, de 11 de junho de 2021 com aplicação subsidiária, conforme Lei Vigente e suas alterações, além das disposições legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de comunicação pela **INTERNET**. O sistema referido utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em toda etapa do certame.

A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias, www.novobbmnet.com.br.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09:00 horas do dia 27/04/26.

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Às 09:00 horas do dia 08/05/26.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:01 horas do dia 08/05/26.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:30 horas do dia 08/05/26.

O Pregoeiro responsável pelo presente certame será o Sr(a). Renata Passos Alves Ferreira, nomeada através da Portaria nº 03 – SEP.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Observando o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas por mensagem eletrônica (e-mail), conforme abaixo, informando o número da licitação.

- E-mail: sesasvcompras@yahoo.com.br
- Telefone: (13) 3569-5710

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília – DF.

São **ANEXOS** deste Edital, fazendo parte integrante do mesmo os seguintes documentos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO – VALOR ESTIMADO

ANEXO II – CADASTRO DO RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS DISPOSIÇÕES DO EDITAL

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR - MINISTÉRIO DO TRABALHO

ANEXO VII - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO e TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

ANEXO VIII - MODELO DE REQUERIMENTO DE PAGAMENTO

ANEXO IX – AVISO DE CONSENTIMENTO DO FORNECIMENTO DE DADOS PESSOAIS À ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS JUDICIAIS NÃO PADRONIZADOS E DESERTOS NO ÚLTIMO PREGÃO ELETRÔNICO, da Diretoria de Assistência Farmacêutica e Almoxarifado, da Secretaria da Saúde do Município de São Vicente, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, pelo período 12 (doze) meses.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

2. DO PROCEDIMENTO

2.1. O pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, com apoio técnico e operacional da Secretaria de Saúde de São Vicente.

2.2. O certame será realizado através da utilização do aplicativo “Licitações”, da Bolsa Brasileira de Mercadorias, conforme contrato de cooperação técnica celebrado entre o BBM e a Secretaria de Saúde de São Vicente, entidade responsável pelo provimento de solução eletrônica para os órgãos integrantes da Administração Pública do Município de São Vicente.

2.3. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro da Secretaria de Saúde de São Vicente, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos.

3.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.

3.2.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Estarão impedidos de participação da presente licitação:

3.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

3.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades regularmente estabelecidas no País – inclusive consórcios de empresas, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 – que atendam estritamente ao objeto desta licitação e que cumpram todas as exigências, especificações e normas estabelecidas nos documentos que compõem este processo licitatório, em especial no Termo de Referência, no Edital e em seus anexos, bem como nos regulamentos e normativas vigentes no Brasil aplicáveis ao ramo de fornecimento.

3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, Instituição e Associação sem fins lucrativos, atuando nessa condição;

3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.3.12. O impedimento de que trata o item **3.3.4.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.3.2. e 3.3.3.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.3.15. O disposto nos itens **3.3.2. e 3.3.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.3.17. A vedação de que trata o item 3.3.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.4. Em conformidade com o artigo 7º, inciso III, alínea “a”, da Portaria CAT nº 162/08, a partir de 1º/12/10, os contribuintes que contratarem com a Administração Pública direta ou indireta deverão, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou A, independentemente da atividade econômica exercida.



4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto à Bolsa Brasileira de Mercadorias.

4.2. Os interessados deverão credenciar representantes, através do termo de adesão com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.

4.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.4. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (ano) e poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do BBM, devidamente justificado.

4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.6.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

4.6.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

4.6.2.1 Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.bbmnetlicitacoes.com.br.

4.7. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, **opção "Login" opção "Licitação Pública" "Sala de Negociação"**.

4.7.1. As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.

4.7.2. Verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP e informar em campo próprio da plataforma BBMNET Licitações.

4.8. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR TOTAL DO ITEM**.

4.9. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.10. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.11. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.bbmnetlicitacoes.com.br.

5. DA APRESENTAÇÃO, PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

5.1. A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado no item 4.7, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas. **(Propostas no valor total do item)**

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

5.3.2. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

5.3.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.4. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ao 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

5.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

5.11. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

5.11.1. As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu “**Sala de Disputa**”, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa “**Aberto para receber propostas**”.

5.11.2. O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”.

5.11.3. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

5.11.4. O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

- 5.11.5.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.11.6.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.11.7.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.
- 5.11.8.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.11.9.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.11.10.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.
- 5.11.11.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.11.12.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.11.13.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.11.14.** Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

5.11.15. Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.11.16. Quando for exigido pelo Pregoeiro, o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, juntamente com as informações adicionais. A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante.

5.11.17. O licitante não poderá em hipótese nenhuma se identificar na ficha técnica, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública,

6.3. Quando autorizado e devidamente justificado pelo pregoeiro, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.

6.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

- 6.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.7.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
- 6.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.9.** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.
- 6.11.** No pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.** Serão aceitos lances inferiores, iguais ou superiores ao lance de menor valor já ofertado.
- 6.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 3 (três) horas a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. Não se aplicará o desempate de que tratam os art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.18.5. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.5.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.5.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

6.18.5.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.5.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (*compliance*), conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.6.2. Empresas brasileiras;

6.18.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20. Será desclassificada a proposta que:

6.20.1. Contiver vícios insanáveis;

6.20.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

- 6.20.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.20.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.20.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.21.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.21.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.21.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.21.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.22.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.23.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.24.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.24.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.24.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

6.24.3. O pregoeiro solicitará ao licitante habilitado que, no prazo de 24 horas, a partir da convocação do pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde o licitante vencedor deverá anexar à documentação de habilitação na plataforma do BBMNET, conforme solicitação do sistema, no prazo de 24 horas, a partir da convocação do pregoeiro, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

7.2. O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver; e
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos art. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06.

7.5. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante melhor classificado para fins de habilitação.



8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A documentação relativa à Habilitação consiste em:

8.2.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

8.2.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alteração subsequente, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.2.1.4. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.2. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.2.3. Certidão Negativa ou Certidão Positiva Com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa Da União expedida pelo Ministério da Fazenda, englobando os créditos tributários relativos às contribuições sociais conforme Portaria PGFN / RFB nº 1751 de 02 de outubro de 2014;

8.2.4. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal referente à regularidade mobiliária, relativa à sede da Licitante. Empresas que, nos termos da legislação aplicável, não estiverem inscritas na Fazenda Municipal, portanto dispensadas da comprovação de regularidade, ficam obrigadas a declarar sob pena das penalidades cabíveis, tal condição;

8.2.5. Certidão de regularidade de débito inscritos com a Fazenda Estadual. Empresas que, nos termos da legislação aplicável, não estiverem inscritas na Fazenda Estadual, portanto dispensadas da comprovação de regularidade, ficam obrigadas a declarar sob pena das penalidades cabíveis, tal condição;



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

8.2.6. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica / Receita Federal;

8.2.7. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica.

8.2.8. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa perante a Justiça do Trabalho, referente aos Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (de acordo com a Lei 12.440/2011);

8.2.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.2.9.1. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado para comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, com quantitativo de pelo menos 50% da aquisição pretendida (obs.: será admitido o somatório dos atestados para comprovação da capacidade técnica da licitante, sem restrição quanto aos períodos dos contratos).

Justifica-se, portanto que, por meio desta documentação, será possível comprovar que a empresa já forneceu os produtos objeto deste certame e assim dimensionar se possui requisitos profissionais e operacionais para execução do contrato.

8.2.9.2. Carta de credenciamento específico: Em sendo a proponente distribuidora ou representante do produto ofertado e vencedora, a mesma deverá apresentar credenciamento da licitante que está autorizada a comercializar o produto objeto deste certame e que, para se classificar, comprovará tal informação por meio de declaração como o modelo constante no anexo, salvo medicamentos que por ocasião da pandemia apresentam instabilidades de fornecimento, devido escassez de matéria-prima (princípio ativo).

Caso a distribuidora ou representante do produto ofertado apresente dificuldade no envio da carta de credenciamento, essa poderá enviar documento de compromisso esclarecendo sobre a escassez de matéria-prima do item vencedor, apresentando documentos comprobatórios dos fabricantes e assumindo a responsabilidade de fornecimento até o término da ata de registro de preços. Esse documento será avaliado pela equipe técnica da Diretoria de Assistência Farmacêutica.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

O credenciamento citado será apresentado em papel timbrado do fabricante ou da detentora do registro junto ao Ministério da Saúde, devidamente identificada com o número deste edital e Município, autorizando e comprometendo-se a empresa a fornecer os itens cotados neste processo licitatório, garantindo seu fornecimento quantitativo e qualitativo, portanto não autorizando a substituição destes produtos por outra marca, a não ser em casos específicos em que será anuído formalmente.

Justifica-se que a necessidade do credenciamento específico se estabelece, em razão de se reparar muitas inconsistências no decorrer da vigência da ata de registro de preços, especificamente para distribuidores, não fabricantes, que optam por participar da licitação com os produtos que possuem em seus estoques, sem que haja o menor vínculo entre o fabricante e a referida empresa, afetando vertiginosamente a continuidade e eficiência que devem permear os serviços da administração pública.

8.2.9.3. Bula: Deverá apresentar na habilitação, relacionado à área técnica, a bula do medicamento do mesmo fabricante apresentado no certame em conformidade com as especificações do presente termo de referência.

Justifica-se que a apresentação de bulas se faz imprescindível para o momento da licitação, pois nela será possível identificar se o material apresentado na proposta corresponde exatamente ao material apresentado no certame. Isto porque, de acordo com a experiência deste setor, é possível verificar que todas as empresas, sem exceção, transcrevem o descritivo do edital exatamente com o texto disponível neste documento, para poderem participar da licitação sem grandes problemas.

8.2.9.4. Registro do medicamento: O número de registro do produto no Ministério da Saúde e cópia autenticada do Certificado de Registro no Ministério da Saúde ou se for o caso, cópia autenticada do Certificado de isenção. Os produtos que porventura não necessitem do Certificado de Registro no Ministério da Saúde nem de Certificado de Isenção deverão ter a não obrigatoriedade comprovada pela licitante. A comprovação de registro vigente, ou o Certificado de Isenção de registro, no Ministério da Saúde deverá ser feita através de cópia autenticada de uma das formas a seguir:

1) Registro do Produto com sua respectiva publicação no D.O.U. ou comprovante emitido pelo Ministério da Saúde;



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

2) Pedido de revalidação datado do semestre anterior ao do vencimento, caso o prazo do registro esteja vencido.

As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de emissão.

8.2.9.5. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento expedida pela autoridade sanitária da sede da licitante, conforme Lei nº 5.991 de 17/12/73. A autorização deve ser pertinente ao ramo de atividade do objeto licitado - Certificado da Vigilância Sanitária (ANVISA).

8.2.9.6. Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pela agência nacional de vigilância sanitária do ministério da saúde.

8.2.9.7. Certidão de Regularidade Técnica Expedida pelo Conselho Regional de Farmácia.

8.2.9.8. Tabela CMED: Os valores dos medicamentos devem ser cotados seguindo a tabela CMED com aplicação do desconto.

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.3.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras dos 02 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente assinado pelo profissional contabilista, comprovados através de publicação quando exigível ou cópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, estando devidamente registrado em seus órgãos de competência, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado. É vedada a substituição por balanços provisórios, mas admitida a prova de boa situação financeira através de demonstrativo de índices Financeiros, assinado pelo profissional Contabilista, devidamente identificado com o nome e CRC, extraídos do balanço de abertura ou intermediário, acompanhado dos demonstrativos contábeis, para fins de análise das condições financeiras da licitante, na hipótese do licitante ter sido constituído no corrente exercício;

8.3.1.1 Comprovação de possuir Capital Social ou o valor do patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor total estimado para cada item que o licitante for participar,



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

devendo a comprovação ser feita relativamente à data apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.3.2. A documentação poderá ser apresentada:

- a) apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
- b) substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

8.7. DA PROPOSTA A SER ENTREGUE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.7.1. A proposta deverá obedecer aos seguintes critérios:

8.7.1.1. Os preços unitários e totais deverão ser cotados em moeda corrente nacional.

8.7.1.2. Excepcionalmente, nos casos em que o valor unitário for inferior a um real, poderão ser aceitas propostas com quatro casas decimais.

8.7.1.3. As marcas dos produtos deverão ser obrigatoriamente especificadas, não podendo ser ofertada mais de uma marca mantendo preço único.

8.7.1.4. A proposta deverá conter a Razão Social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, e endereço eletrônico (e-mail), para contato.

8.7.2. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

8.7.3. O prazo de entrega deverá ser de 10 (dez) dias úteis.

8.7.4. Na omissão dos prazos estipulados nos itens **8.7.2** e **8.7.3**, considerar-se-ão àqueles estabelecidos neste Edital.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

8.7.5. É de inteira responsabilidade do ofertante o preço e demais condições apresentadas, salvo se no momento da abertura da proposta for alegado erro, e aceito pelo Pregoeiro, será registrado em ata, devendo o item ser desconsiderado da proposta.

8.7.6. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

8.7.7. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

8.7.8. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

8.7.9. A Prefeitura Municipal de São Vicente é considerada consumidora final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no Artigo 155, Inciso VII, Alínea “b”, da Constituição Federal de 1988.

8.8. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

8.8.1. Cadastro de Responsável pela Contratada que assinará a Ata de Registro de Preços, conforme **Anexo II**, devendo todos os campos deste cadastro ter preenchimento obrigatório, obedecendo ao disposto na Instrução Nº 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

8.8.2. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme **Anexo III**.

8.8.3. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, se que se constitui em Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para os fins desta licitação, nos termos da Lei Complementar Nº 123/06, e que não apresenta nenhuma das restrições do regime diferenciado e favorecido, dispostas no art. 3º, § 4º, da referida Lei, conforme modelo facultativo no **Anexo IV**.

8.8.4. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e concorda em sua plenitude ao Edital e seus Anexos, conforme modelo facultativo no **Anexo V**.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

8.8.5. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando o atendimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo facultativo no **Anexo VI**.

8.8.6. Após a realização dos procedimentos relativos ao julgamento e ordenação das propostas, o Pregoeiro verificará a regularidade do cadastro da proponente vencedora.

8.8.7. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a empresa seja vencedora de algum lote, o contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

8.8.8. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

8.8.9. Havendo recurso, o pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente, a decisão em grau final.

8.8.10. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

8.8.11. As comprovações de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, por ocasião da participação neste certame, DEVERÃO apresentar toda a documentação exigida para fins habilitatórios, mesmo que estas apresentem alguma restrição em obediência ao art. 43 da Lei Complementar nº 123/06:

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento que o(s) proponente(s) for(em) declarado(s) vencedor(es) do certame, prorrogáveis uma única vez, por igual período, mediante solicitação(ões) expressa(s) do(s) proponente(s), a critério desta Prefeitura Municipal de São Vicente, para a regularização da



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes remanescentes na ordem de classificação para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do 90, §2º da Lei Federal 14.133/2021 ou revogar o certame”.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.1.1. As medidas referidas poderão ser formalizadas pela BBMNet, no campo próprio do sistema e também será aceito pedido de **providências** ou de **impugnação** encaminhado para o e-mail sesasvcompras@yahoo.com.br, cujos documentos originais deverão ser entregues no prazo indicado.

9.1.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.1.3. Deferida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

9.1.4. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento mediante publicação no Boletim Municipal Oficial de São Vicente.

9.2. DOS RECURSOS

9.2.1. A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.2. O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

9.2.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

9.2.4. O tempo máximo para manifestação da intenção de recurso será de 10 minutos, podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.

9.2.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.2.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.2.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

10.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor.

10.2. Como condição para a sua contratação o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pela contratante, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste contrato.

10.3. A obrigação decorrente do fornecimento de bens será firmada entre a Administração e o Fornecedor, por meio de autorização de fornecimento, observando as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.

10.4. O item objeto deste PREGÃO será registrado em Ata de Registro de Preços e contratado consoante às regras próprias do Sistema. Não sendo assinada a Ata de Registro de Preços, poderá o órgão licitante convocar a outra proponente classificada, ao preço do primeiro, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 90 e §§ da Lei Federal nº 14.133/2021, observada a ampla defesa e o contraditório.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

10.5. A proponente adjudicatária deverá assinar a da Ata de Registro de Preços no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data da convocação expedida pela Coordenação de Planejamento de Aquisições e Contratações.

10.5.1. Não será permitida assinatura da Ata de Registro de Preço manuscrita, digitalizada ou escaneada, ainda que seja a digitalização de uma assinatura com firma reconhecida em cartório. Conforme Decreto Municipal nº 6.520, de 13 maio de 2024, a assinatura poderá ser através:

a) do cadastro pela Plataforma Gov.br de que trata o Decreto Federal nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, em nível Ouro ou Prata;

b) de plataformas eletrônicas notoriamente reconhecidas, instituídas em conformidade com inciso II, do artigo 4º, da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que, embora não utilizem certificados emitidos pela ICP-Brasil, os documentos assinados por seu intermédio possam ser validados por métodos de verificação detectáveis a posterior mediante associação inequívoca de dados do signatário;

10.6. A convocação referida pode ser formalizada por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento.

10.7. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela LICITANTE. Não havendo decisão, a assinatura da Ata de Registro de Preços deverá ser formalizada até o 2º (segundo) dia útil, contando da data da convocação.

10.7.1. Na hipótese de não haver manifestação da empresa adjudicatária após a prorrogação do prazo anteriormente concedido para assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, a Administração realizará nova convocação por meio de publicação no Boletim Oficial do Município.

10.7.2. Caso a empresa convocada não se manifeste ou não compareça para assinatura no prazo estabelecido na referida publicação, restará caracterizada a recusa injustificada em formalizar a contratação, ficando a empresa sujeita à aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e do item 12 deste edital.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

10.7.3. Nessa situação, a Administração poderá convocar o licitante remanescente, observada a ordem de classificação, para manifestação de interesse e eventual assinatura da Ata de Registro de Preços ou formalização da contratação, nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.

10.8. Para a assinatura da Ata de Registro de Preço, a LICITANTE poderá verificar, por meio da Internet, a regularidade com Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional.

10.9. Também para assinatura da Ata de Registro de Preços e para o(s) contrato(s) dela decorrente ou para a retirada da(s) Nota(a) de Empenho, a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

10.10. A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame poderá ser utilizada por **órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento licitatório**, mediante prévia consulta e anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem da adesão.

10.10.1. A autorização para adesão observará os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, bem como as regras definidas pelo órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.

10.10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

10.10.3. A adesão por órgãos ou entidades não participantes ficará condicionada ao respeito aos limites quantitativos previstos na legislação aplicável e às demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

10.11. A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame terá validade de 12 (doze) meses, **contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e respeitados os limites da lei, RENOVANDO-SE OS QUANTITATIVOS E APLICANDO-SE OS ÍNDICES ESTABELECIDOS PELA MUNICIPALIDADE.**



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

10.11.1. Os preços contratuais serão fixos e irremovíveis; ultrapassado o período de 12 meses de vigência contratual e havendo sua prorrogação, os valores pactuados poderão ser reajustados, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA-IBGE do período, ou, na falta desse outro índice oficial que, por ventura, vier a substituí-lo.

10.12. O Município de São Vicente não fica obrigado a adquirir uma quantidade mínima dos itens que compõem o objeto da presente licitação, permanecendo ao seu critério a definição de quantitativos e do momento da aquisição.

10.13. Os quantitativos totais expressos são estimativos e representam as previsões para o fornecimento durante o período de 12 (doze) meses.

10.14. Quando o Licitante vencedor assinar a Ata de Registro de Preços deverá fornecer endereço de e-mail, o qual terá a finalidade de receber o envio das Autorizações de Fornecimento.

10.15. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, o Fornecedor se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que o presente estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme à Instrução nº 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

10.16. Este Registro de Preços poderá ser REVOGADO quando o Órgão Gerenciador não obtiver êxito nas negociações de revisão e adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.17. Este Registro de Preços poderá ser CANCELADO quando ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do Fornecedor.

10.18. O Órgão Gerenciador poderá recusar os Objetos ou serviços entregues em desacordo com as especificações.

10.19. Por ocasião da entrega dos Objetos ou serviços, em conjunto com o mesmo deverá ser entregue a Nota fiscal/Fatura.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

11. DO PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados através de ordem de crédito bancária emitida pela **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** informar o nº da Conta e o Banco a ser creditado a Coordenação Contábil e Orçamentária da **SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE**.

11.2 A empresa **CONTRATADA** deverá emitir notas fiscais / faturas correspondentes ao objeto no período, as quais deverão ser entregues na Secretaria da Saúde do Município de São Vicente, Coordenação de Assistência Farmacêutica da Diretoria de Assistência Farmacêutica e Almoxarifado.

11.3 Após a aceitação da nota fiscal / fatura, a Secretaria da Saúde de São Vicente, encaminhará ao Departamento de Finanças para providenciar o pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a entrega, contatos a partir da data de recebimento do documento fiscal e conforme Decreto Municipal 5565-A deverá ser apresentado os seguintes documentos:

- Requerimento de pagamento (Anexo VIII);
- Cópias da Ata de registro de preços;
- Cópia da Autorização de Fornecimento – AF;
- Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão de Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo (e-CRDA);
- Certidão de Tributos Mobiliários ou Imobiliários, a depender do objeto do contrato;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Prova de regularidade com o FGTS e contribuições previdenciárias.

11.4. A Secretaria da Saúde do Município de São Vicente fará a conferência dos documentos, e para isso terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para aceitá-los ou rejeitá-los, a partir da data da entrega dos mesmos. Caso haja incorreção, a nota fiscal/fatura será submetida a glosas, e seus descontos do valor total do respectivo documento fiscal.

11.5. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada das Certidões de regularidade perante o INSS (CND) e do FGTS (CRF), e devidamente atestadas pelo representante indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**, através da **SECRETARIA DA SAÚDE DE SÃO VICENTE**. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

emitidas em nome de: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, CNPJ Nº 46.177.523/0001-09, ENDEREÇO: RUA FREI GASPAR, Nº 384, CENTRO, SÃO VICENTE/SP, CEP 11.310-900.**

11.6. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no Órgão Licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações cometidas por inobservância às obrigações aqui assumidas, aplicando-se, em cada caso, as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, garantida a defesa prévia:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.2. A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.3. A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

12.4. A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

12.5. A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.6. A sanção estabelecida no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei 14.133/2021 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

12.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da Lei 14.133/2021 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo artigo.

12.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração a **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.9. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13. FORMAS DE RECEBIMENTO, LOCAL DE ENTREGA E PRAZO DE ENTREGA

13.1 A forma de recebimento dos produtos poderá ser parcelada, imediata ou outro prazo estipulado mediante pedido, por meio do envio eletrônico da Autorização de Fornecimento.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

13.2 Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente há 18 meses a partir da data de entrega ou no mínimo com 75% do prazo de validade total.

13.3 Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância fiscal das Atas de Registro de Preços a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, por razão da inviabilidade de utilização dos produtos no período de validade.

13.4 Nas notas fiscais deverão constar todos os números de lotes e validades correspondentes às entregas, além de no campo observação, conter o número da Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho e dados bancários para pagamento.

13.5 Sempre que necessário, a unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade.

13.6 Os itens solicitados serão entregues de segunda à sexta-feira no Almoxarifado da Secretaria da Saúde do Município de São Vicente, situado na Avenida Prefeito José Monteiro, nº 111, Jardim Independência, das 08:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, exceto aos fins de semana, feriados e pontos facultativos. É responsabilidade da empresa na entrega toda a movimentação do material, cabendo aos funcionários do Almoxarifado a conferência.

13.7 O prazo para entrega será de no máximo 10 (dez) dias úteis, após o envio da Autorização de Fornecimento, por meio de correio eletrônico. O prazo de entrega deverá ser de acordo com a descrição da autorização de fornecimento.

14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

14.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas:

a) O planejamento da execução do fornecimento, nos seus aspectos administrativos e técnicos;



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

- b)** Manter, durante todo o prazo de vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que ensejaram sua habilitação na licitação que deu origem ao presente instrumento;
- c)** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender pronta e irrestritamente;
- d)** A empresa contratada ficará obrigada a trocar imediatamente, no prazo de 05 (cinco) dias, o material que vier a ser recusado, sem nenhum custo adicional para o MUNICÍPIO;
- e)** A empresa assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas, decorrentes do fornecimento de material, mão de obra, necessário à boa e perfeita entrega dos produtos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Município ou a terceiros.
- f)** Em casos de medicação importada, o MUNICÍPIO fica isento de taxas relacionadas ao desembaraço do medicamento junto a Receita Federal, sendo de responsabilidade da CONTRATADA todos os procedimentos necessários, para a liberação da medicação. A entrega da medicação deve ser realizada no endereço mencionado no item 12 (doze) deste termo, não sendo possível entregá-la no endereço do paciente.
- g)** O MUNICÍPIO poderá cancelar a Nota de Empenho e/ou rescindir a Ata de Registro de Preços com a CONTRATADA, independentemente de qualquer interpelação judicial, por interesse público devidamente qualificado, no caso de a contratada infringir quaisquer das cláusulas, ou:
- g.1) Se cometida qualquer fraude pela empresa **CONTRATADA**;
- g.2) Se a empresa **CONTRATADA** insistir em não cumprir quaisquer obrigações, e/ou responsabilidades a ela afetas, nos termos de que dispõe o presente Edital;
- g.3) Se a empresa **CONTRATADA** entrar em recuperação judicial, concordata ou dissolução, ou nela ocorrer falecimento de sócio que prejudique a execução do objeto;
- g.4) Quando, após reiteradas notificações, ficar evidenciada incapacidade, imperícia ou má-fé por parte da empresa **CONTRATADA** na execução do objetivo licitado;
- g.5) Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento;



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

g.6) Por ocorrência de caso fortuito ou e força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do objeto licitado;

g.7) Se a **CONTRATADA** transferir ou ceder a obrigação de terceiros, no todo ou em parte;

g.8) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

g.9) A alteração de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da Ata de Registro de Preços;

g.10) Se, antes da entrega do medicamento ao paciente, houver Decisão Judicial prolatada pelo juiz competente que venha a suspender ou alterar o fornecimento e/ou quantidade dos suprimentos ou relatório do médico que acompanha o paciente suspendendo a medicação ou em caso de óbito do(s) paciente (s).

14.2. A EMPRESA reconhece por este instrumento que é responsável em qualquer caso por danos ou prejuízos que, eventualmente, venham sofrer: o MUNICÍPIO, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros - em decorrência de sua culpa ou dolo na execução da ata de registro de preços, sejam eles causados por si, seus prepostos ou funcionários, bem como por pessoas por esta autorizada a permanecer no local do fornecimento, correndo por sua exclusiva expensa, os ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam motivar, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento exercido pelo MUNICÍPIO.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. Constitui obrigação e responsabilidade da CONTRATANTE o pagamento do preço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificam seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta da Ata de Registro de Preço – Anexo VII.

16.5. Aviso de consentimento do fornecimento de dados pessoais à administração direta do município:

16.5.1. DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. A participação nesta [licitação, processo seletivo, concurso público, outros] importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular dos dados pessoais que tenham se tornado públicos como condição para participação no certame, para tratamento por esta Administração municipal, na forma da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), seja titular pessoa física direta ou, como no caso das licitações, indiretamente ligadas ao licitante, inclusive sócios, empregados contratados e/ou terceirizados, quando for o caso.

2. O [licitante, candidato, outros] está ciente de que esta Administração - controladora dos dados, sempre que possível, tomará decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realizará o tratamento de tais dados, envolvendo operações como as de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

3. Esta Administração fica autorizada a compartilhar os dados pessoais do titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para finalidade específica, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela LGPD.

4. Caberá à Administração municipal proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativas ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da LGPD, o qual se submete o objeto deste certame, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, respeitadas as regras previstas pelos artigos 23 a 30 da LGPD.
- b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias para atingir as finalidades de execução do objeto contratado.
- c) A Administração municipal poderá manter e tratar os dados pessoais do titular durante todo o período em que eles forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas neste edital.
- d) Os dados pessoais anonimizados, sem possibilidade de associação ao indivíduo, poderão ser mantidas por período indefinido.
- e) O titular tem direito a obter desta Administração a relação dos dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição formal, conforme art. 18 da LGPD.
- f) A Administração municipal responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- g) Em conformidade ao art. 48 da LGPD, esta Administração municipal comunicará ao titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E ALMOXARIFADO – DAFA

Órgão SECRETARIA DA SAÚDE

Elemento de Despesa

3.3.90.30.00 Ficha 1119 – Verba 100% MAC

17.2. Os recursos financeiros poderão ser oriundos de verbas Federais e Estaduais que vier a serem disponibilizadas, como emendas, convênios e outros.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. O Manual de operações da Plataforma BBMNET Licitações encontra-se disponível aos interessados no Portal www.novobmnet.com.br.

18.10. Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BBMNET Licitações, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.novobmnet.com.br.

18.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

18.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.saovicente.sp.gov.br/transparencia/licitacoes/pregao>, em conformidade com a orientação prevista no artigo 11, §3º, do Decreto nº 5.738/2021.

São Vicente, 22 de abril de 2026.

Michelle Luis Santos

Secretária de Saúde de São Vicente



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 08/2025

REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DE AÇÕES JUDICIAIS

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E ALMOXARIFADO

COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

1. OBJETO

MODALIDADE LICITATÓRIA SUGERIDA: Pregão sob a forma eletrônica

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Ata de Registro de Preços

Constitui objeto da presente licitação a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS JUDICIAIS NÃO PADRONIZADOS E DESERTOS NO ÚLTIMO PREGÃO ELETRÔNICO, da Diretoria de Assistência Farmacêutica e Almojarifado, da Secretaria da Saúde do Município de São Vicente, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, pelo período 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA

Segundo preceito Constitucional “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

Tal preceito responsabiliza os entes federativos na disponibilidade de terapias reconhecidamente efetivas e seguras, garantindo a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, redação colocada no artigo 6º da Lei 8080/90 (Lei orgânica do SUS).

Justificativa técnica do objeto:

O presente expediente trata da contratação, por Ata de Registro de Preços, de medicamentos não padronizados, para atender os pacientes oriundos de ações judiciais, da Secretaria da Saúde do Município de São Vicente.

A Diretoria de Assistência Farmacêutica e Almoxarifado – DAFA, dentre outras atribuições, é responsável pelo atendimento de demandas judiciais que determinam o fornecimento de medicamentos não padronizados pela Secretaria da Saúde do Município de São Vicente.

A justiça estabelece prazos e obrigatoriedade de fornecimento de medicamentos que não são padronizados pela Secretaria da Saúde, para suprir a necessidade do autor da ação, conforme informado no processo judicial, sendo estabelecida multa diária caso não haja cumprimento.

Informamos que a base de cálculo utilizada para estabelecer as quantidades necessárias para realizar o Registro de preços, foi considerada:

- Estatística através de consumo atual dos medicamentos das ações judiciais, podendo ocorrer alterações no quantitativo do tratamento;
- Quantidade média estimada para o consumo de 12 (doze) meses, podendo ocorrer no período o aumento ou queda de consumo devido à demanda de ações judiciais.

Segue abaixo, a relação dos atuais pacientes de ações judiciais e itens que possuem histórico de solicitações:

MEDICAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO JUDICIAL	PACIENTE	QUANTITATIVO MENSAL SOLICITADO JUDICIALMENTE	QUANTITATIVO ANUAL SOLICITADO JUDICIALMENTE
ACETAZOLAMIDA 250 MG – COMPRIMIDOS	1013300-51.2024.8.26.0590	DANIELA CUTIS DE OLIVEIRA	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

ACETILCISTEÍNA 20MG XAROPE – FRASCO 100 ML A 120 ML (REGISTRADO COMO MEDICAMENTO)	1004783- 38.2016.8.26.0590	ARTHUR SILVA BARRETO	04 FRASCOS	48 FRASCOS
ACIDO ACETIL SALICILICO TAMPONADO 100 MG – COMPRIMIDO	0153828- 36.2011.8.26.0000	LIA LOPES VIEGAS	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
ANLODIPINO 5 MG + BENZAEPRILO 10 MG COMPRIMIDO (PRESS PLUS 5 / 10 MG) COMPRIMIDO	1007616- 29.2016.8.26.0590	MARIA AUXILIADORA FERNANDES TEIXEIRA	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
ARIPRIPAZOL 10 MG – COMPRIMIDO	1506476- 82.2025.8.26.0590	RAMON SILVA DE MATOS	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
ARTROLIVE 500 MG + 400 MG – CÁPSULA GELATINOSA	1003473- 89.2019.8.26.0590	ISILDA HIDALGO	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
ATENOLOL 25MG – COMPRIMIDO (MEDICAMENTO GENÉRICO)	1007616- 29.2016.8.26.0590	MARIA AUXILIADORA FERNANDES TEIXEIRA	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
ATORVASTATINA 40MG – COMPRIMIDO (MEDICAMENTO GENÉRICO)	0153828- 36.2011.8.26.0000	LIA LOPES VIEGAS	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
ATORVASTATINA 80 MG – COMPRIMIDO (MEDICAMENTO GENÉRICO)	1013185- 64.2023.8.26.0590	ANGELA MATILDE FAIAD	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
BISOPROLOL, HEMIFUMARATO 5 MG –COMPRIMIDO	1008370- 63.2019.8.26.0590	CLAUDIA CRISTINA CAITANO NASCIMENTO	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
BUDESONIDA MICRONIZADA;	1014847- 29.2024.8.26.0590	DAVI HENRIQUE MARTINS REIS LEAL	01 FRASCO	12 FRASCOS



Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade

FUMARATO DE FORMOTEROL DIIDRATADO 6/200 MCG POR INALAÇÃO – PÓ INALANTE – 120 DOSES (INALADOR PRESSURIZADO DOSIMETRADO)				
CANABIDIOL 6000 MG – SOLUÇÃO ORAL 100 MG/ ML – SEM THC – FRASCO 60 ML (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: HEALTH MEDS)	1012686-80.2023.8.26.0590	CILAS CAUAN CASSIANO RIBAS	01 FRASCO	12 FRASCOS
CLOBAZAM 10 MG – COMPRIMIDO	1015596-80.2023.8.26.0590	PÉROLA AINDA SANDES DE LIMA	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
CLONAZEPAM 2,5 MG/ ML – GOTAS – FRASCO 20 ML (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: RIVOTRIL)	1011165-37.2022.8.26.0590	ELISÂNGELA DE ANDRADE FONSECA	02 FRASCOS	24 FRASCOS
CLONAZEPAM 2,5 MG/ ML – GOTAS – FRASCO 20 ML (MEDICAMENTO GENÉRICO)	COMO POSSÍVEL INTERCAMBIALIDADE COM MEDICAMENTO DE MARCA (RIVOTRIL 2,5 MG/ML)	COMO POSSÍVEL INTERCAMBIALIDADE COM MEDICAMENTO DE MARCA (RIVOTRIL 2,5 MG/ML)	02 FRASCOS – QUANTITATIVO REFERENTE À PACIENTE ELISÂNGELA DE ANDRADE FONSECA	24 FRASCOS
COLECALCIFEROL 10.000 UI – COMPRIMIDO OPÇÕES DE MARCA: ADDERA D3 E DPREV	1007616-29.2016.8.26.0590	MARIA AUXILIADORA FERNANDES TEIXEIRA	12 COMPRIMIDOS	144 COMPRIMIDOS
DABIGATRANA, DE ETEXILATO 150 MG – CÁPSULAS DURAS (COM	1002592-10.2022.8.26.0590	MARIA DE FÁTIMA SIMÕES	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS



Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade

OBRIGATORIEDADE DE MARCA: PRADAXA)				
DAPAGLIFLOZINA 5 MG + METFORMINA 1000 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: XIGDUO XR)	1005469-59.2018.8.26.0590	MARIA JOSÉ VIEIRA DA SILVA	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
DAPAGLIFOZINA 10 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: FORXIGA)	1013185-64.2023.8.26.0590	ANGELA MATILDE FAIAD	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
DIOSMINA + HESPERIDINA 450 MG COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: DAFLOM OU DIOSMIN)	1007616-29.2016.8.26.0590	MARIA AUXILIADORA FERNANDES TEIXEIRA	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
	1005682-94.2020.8.26.0590	ANGELA APARECIDA GARCEZ DE OLIVEIRA	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
	1008370-63.2019.8.26.0590	CLAUDIA CRISTINA CAITANO NASCIMENTO	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
DOMPERIDONA 1 MG/ ML – SUSPENSÃO ORAL - FRASCO 100 ML	1004783-38.2016.8.26.0590	ARTHUR SILVA BARRETO	03 FRASCOS	36 FRASCOS
DULOXETINA, CLORIDRATO 60 MG – CÁPSULA DURA	1506476-82.2025.8.26.0590	RAMON SILVA DE MATOS	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
DUPILUMABE 300 MG - SERINGA PREENCHIDA 2 ML	1010012-03.2021.8.26.0590	CARLA ELAINE AFONSO ZOMIGNANI	02 SERINGAS	24 SERINGAS
EMPAGLIFOZINA 25 MG – COMPRIMIDO REFERÊNCIA DE MARCA: JARDIENCE	1010581-33.2023.8.26.0590	GIVAN LUIZ FERNANDES DA SILVA	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
ESCITALOPRAM, OXALATO DE 10 MG - COMPRIMIDO	1001797-43.2018.8.26.0590	ILDA DE MATTOS DE ALMEIDA	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

ESPIRONOLACTONA 100 MG – COMPRIMIDO (MEDICAMENTO GENÉRICO)	1005390-07.2023.8.26.0590	LUCIANA ROCHA DOS SANTOS	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
EXFORGE HCT 320 MG + 25 MG + 10 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA)	5001672-37.2023.4.03.6141	ALESSANDRA DE JESUS ALMEIDA	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
EXTRATO DE CANNABIS COM THC – PROMEDIOL 200 MG/ ML – FRASCO 10 ML LABORATÓRIO BIOLAB	1010089-41.2023.8.26.0590	ALEX CELIO FERREIRA DOS SANTOS	03 FRASCOS	36 FRASCOS
FAMPRIDINA 10 MG – COMPRIMIDO	1001455-27.2021.8.26.0590	MARLENE MALAQUIAS PEREIRA OLIVEIRA	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
FLUVOXAMINA, MALEATO DE – 100 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA – LUVOX 100 MG)	1508491-24.2025.8.26.0590	GRACE CRISTINA RODRIGUES	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
FLUVOXAMINA, MALEATO DE – 100 MG – COMPRIMIDO (MEDICAMENTO GENÉRICO)	COMO POSSÍVEL INTERCAMBIALIDADE COM MEDICAMENTO DE MARCA (LUVOX)	COMO POSSÍVEL INTERCAMBIALIDADE COM MEDICAMENTO DE MARCA (LUVOX)	60 COMPRIMIDOS – QUANTITATIVO REFERENTE À PACIENTE GRACE CRISTINA RODRIGUES	720 COMPRIMIDOS
GABAPENTINA 400MG – COMPRIMIDO	1008370-63.2019.8.26.0590	CLAUDIA CRISTINA CAITANO	90 COMPRIMIDOS	1.080 COMPRIMIDOS
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100 MG – COMPRIMIDO	1011168-216.2021.8.26.0590	LUCAS TORRES PINTO	90 COMPRIMIDOS	1.080 COMPRIMIDOS
HIDRALAZINA 50 MG – COMPRIMIDO (NOME COMERCIAL: APRESOLINA)	1005390-07.2023.8.26.0590	LUCIANA ROCHA DOS SANTOS	90 COMPRIMIDOS	1.080 COMPRIMIDOS



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

INFLIXIMABE 100 MG – FRASCO / AMPOLA + KIT DE INFUSÃO	1006625- 87.2015.8.26.0590	SERGIO PAULO FREITAS PASTORI FILHO	04 FRASCOS/CICLOS DE 06 SEMANAS	32 FRASCOS
INOTERSANA NONADECASSÓDICA 200 MG/ ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – SERINGA PREENCHIDA 1,5 ML	5000884- 52.2025.4.03.6141	ACIDELIA DANTAS DE AGUIAR COURCOURPOULOS	01 SERINGA	12 SERINGAS
INSULINA ASPARTE 100 U/ ML – CANETA DESCARTÁVEL PREENCHIDA CONTENDO SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 3 ML (SISTEMA DE APLICAÇÃO FLEX PEN DE 3ML – UNIDADE)	1007623- 50.2018.8.26.0590	ARTHUR VIEIRA DE JESUS SANTOS	04 CANETAS	48 CANETAS
	0020088- 94.2007.8.26.0590	BRUNO CARVALHO RIBEIRO	03 CANETAS	36 CANETAS
	9169097- 98.2007.8.26.0000	DANIELA ROCHA M. NUNES	02 CANETAS	24 CANETAS
	4999/06	LARISSA SANTOS DE OLIVEIRA	03 CANETAS	36 CANETAS
	590012008022485- 9/000	LEONARDO MAXIMILIANO	04 CANETAS	48 CANETAS
	1009115- 72.2021.8.26.0590	LUCAS EMANUEL RODRIGUES DA SILVA	03 CANETAS	36 CANETAS
	590.01.2008.005214- 5/000	MARIA EDUARDA CORREIA	03 CANETAS	36 CANETAS
	3008545- 33.2013.8.26.0590	MARLENE DO CARMO	04 CANETAS	48 CANETAS
	590.01.2007.005503- 4/0000	MATHEUS CAUÊ PEREIRA	06 CANETAS	72 CANETAS
0024341- 52.2012.8.26.0590	THIAGO SANTOS DA PAIXÃO	02 CANETAS	24 CANETAS	
INSULINA GLARGINA 300 U/ ML – CANETA DESCARTÁVEL PREENCHIDA CONTENDO SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 1,5 ML (COM OBRIGATORIEDADE DE	1007353- 60.2017.8.26.0590	ANDRE LUIZ DE MOURA	04 CANETAS	48 CANETAS



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

MARCA: TOUJEO)				
INSULINA GLARGINA SOLOSTAR 100 U/ ML – CANETA DESCARTÁVEL PREENCHIDA CONTENDO SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 3 ML (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: LANTUS SOLOSTAR).	1012429- 55.2023.8.26.0590	VERENA DE LIMA AMARAL	03 FRASCOS	36 FRASCOS
INSULINA LISPRO 100 UI/ ML - FRASCO 10 ML (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: HUMALOG FRASCO).	0153828- 36.2011.8.26.0000	LIA LOPES VIEGAS	03 FRASCOS	36 FRASCOS
	590.01.2008.006817- 6	ROSEMARY CRISTINA ARAUJO MARTA	02 FRASCOS	24 FRASCOS
INSULINA LISPRO 100 UI/ ML – REFIL 3 ML FORNECIMENTO EM COMODATO DE NO MÁXIMO 30 CANETAS (SOLICITADO SE HOVER NECESSIDADE).	0023302- 20.2012.8.26.0590	MARIA DE NAZARÉ COSTA SANTOS	03 FRASCOS	36 FRASCOS
	1013353- 76.2017.8.26.0590	SUELI REIS DE SOUSA	03 FRASCO	36 FRASCOS
	590.01.2007.004831- 8	STEFANI RAMOS SANTOS	01 FRASCOS	12 FRASCOS
	1001005- 55.2019.8.26.0590	LETICIA DOS SANTOS NEVES	06 FRASCOS	72 FRASCOS
	3003345- 4545.2013.8.26.0590	TITA IRANI DAS CHAGAS	04 FRASCOS	48 FRASCOS
LEVETIRACETAM 100 MG/ ML – SOLUÇÃO ORAL – FRASCO 150 ML (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: KEPPRA)	1004089- 30.2020.8.26.0590	BEATRIZ VITÓRIA NASCIMENTO MEDEIROS	03 FRASCOS	36 FRASCOS
	1011122- 97.2021.8.26.0590	PEDRO LUCAS OLIVEIRA DOS SANTOS	02 FRASCOS	24 FRASCOS
LEVODOPA 100 MG +	1003800-	BRUNO MARTINS	240 COMPRIMIDOS	2.880 COMPRIMIDOS



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

BENZERASIDA 25 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: PROLOPA BD 125 MG)	29.2022.8.26.0590			
LISINOPRIL 10 MG – COMPRIMIDO	0153828- 36.2011.8.26	LIA LOPES VIEGAS	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
METILFENIDATO, CLORIDRATO 36 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: CONCERTA)	1002047- 03.2023.8.26.0590	RAFAEL ARAÚJO CORDEIRO DE JESUS	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
NINTEDANIBE, ESILATO 150 MG – CÁPSULAS MOLES	1007058- 76.2024.8.26.0590	RAFAEL FEITOSA REIS MENDONÇA	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
	1006995- 90.2020.8.26.0590	VALDETE ATAIDE RAMOS	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
	1012287- 80.2025.8.26.0590	ALEXANDRE MARQUES	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
OCRELIZUMABE 300 MG/ 10 ML – SOLUÇÃO PARA DILUIÇÃO PARA INFUSÃO	1010937- 33.2020.8.26.0590	MARCIO JOSE DE CASTRO RICOY	02 FRASCOS A CADA 06 MESES	04 FRASCOS
	5001805- 16.2022.4.03.6141	PEDRO RODOLFO FISCHER FILHO	02 FRASCOS A CADA 06 MESES	04 FRASCOS
OXCARBAZEPINA 300 MG COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: TRILEPTAL)	0027400- 53.2009.8.26.0590	PAULO HENRIQUE PINHEIRO DE FREITAS	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
	590.01.2009.022188- 1	FABIANA GOMES DE OLIVEIRA	120 COMPRIMIDOS	1.440 COMPRIMIDOS
OXCARBAZEPINA 6% SUSPENSÃO ORAL – FRASCO 100 ML (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: TRILEPTAL)	1010577- 74.2015.8.26.0590	JÚLIA LOPES ROCHA SANTOS	05 FRASCOS	60 FRASCOS
OXCARBAZEPINA 300 MG – COMPRIMIDO (MEDICAMENTO GENÉRICO)	1007925- 40.2022.8.26.0590	GUSTAVO APARECIDO LIMA DE OLIVEIRA	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
	1506476- 82.2025.8.26.0590	RAMON SILVA DE MATOS	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

POLIVITAMINICO COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: CENTRUM)	0018853- 19.2012.8.26.0590	KAYNARA BRANDÃO RIBEIRO	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
PURAVIT MULT SUPLEMENTO ALIMENTAR – SOLUÇÃO ORAL – FRASCO 120 ML	1014847- 29.2024.8.26.0590	DAVI HENRIQUE MARTINS REIS LEAL	03 FRASCOS	36 FRASCOS
QUETIAPINA 25 MG – COMPRIMIDO	1005280- 42.2022.8.26.0590	DIOGO DANTAS MOURA FONSECA	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
RISEDRONATO DE SÓDIO 35 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: OSTEOTRAT)	1005469- 59.2018.8.26.0590	MARIA JOSE VIEIRA DA SILVA	04 COMPRIMIDOS	48 COMPRIMIDOS
RISPERIDONA 1 MG/ ML – SOLUÇÃO ORAL – FRASCO 30 ML	1014847- 29.2024.8.26.0590	DAVI HENRIQUE MARTINS REIS LEAL	02 FRASCOS	24 FRASCOS
	1011128- 39.2024.8.26.0590	NOAH RAMOS LOPES DE MORAES	01 FRASCO	12 FRASCOS
	1005574- 26.2024.8.26.0509	ALÍCIA ARAUJO DA SILVA SOARES	02 FRASCOS	24 FRASCOS
	1008348- 29.2024.8.26.0590	THEO BENÍCIO MARTINS COLI	01 FRASCO	12 FRASCOS
RIVAROXABANA 20 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: XARELTO)	1011517- 34.2018.8.26.0590	ELTON RIBEIRO DO NASCIMENTO	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
	1005682- 94.2020.8.26.0590	ANGELA APARECIDA GARCEZ DE OLIVEIRA	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
RIVASTIGMINA 9 MG – ADESIVO TRANSDÉRMICO	1002455- 33.2019.8.26.0590	MAILZA SANTOS DA SILVA	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
SORAFENIBE 200 MG – COMPRIMIDO	5022648- 15.2021.4.03.6141	MAGALI GONÇAVES	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
TANSULOSINA, CLORIDRATO 0,4 MG – COMPRIMIDO	1005601- 24.2015.8.26.0590	CLAUDIO MIRANDA	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

TOPIRAMATO 100 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: TOPAMAX)	1010066- 76.2015.8.26.0590	LUCAS DA SILVA CARDOSO DE MELO	90 COMPRIMIDOS	1.080 COMPRIMIDOS
TOPIRAMATO 50 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: TOPAMAX)	9894- 93.2011.8.26.0590	THIAGO LOURENÇO SENA DA SILVA	90 COMPRIMIDOS	1.080 COMPRIMIDOS
	1015596- 80.2023.8.26.0590	PÉROLA AINDA SANDES DE LIMA	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
TOPIRAMATO 100 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER JUDICIAL (MEDICAMENTO GENÉRICO)	1013300- 51.2024.8.26.0590 E COMO POSSÍVEL INTERCAMBIALIDADE COM MEDICAMENTO DE MARCA (TOPAMAX)	DANIELA CUTIS DE OLIVEIRA E COMO POSSÍVEL INTERCAMBIALIDADE COM MEDICAMENTO DE MARCA (TOPAMAX)	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
TOPIRAMATO 50 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL (MEDICAMENTO GENÉRICO)	COMO POSSÍVEL INTERCAMBIALIDADE COM MEDICAMENTO DE MARCA (TOPAMAX)	COMO POSSÍVEL INTERCAMBIALIDADE COM MEDICAMENTO DE MARCA (TOPAMAX)	150 COMPRIMIDOS – QUANTITATIVO REFERENTES AOS PACIENTES THIAGO LOURENÇO SENA DA SILVA E PÉROLA AINDA SANDES DE LIMA	1.800 COMPRIMIDOS
UPADACITINIBE, HEMI – HIDRATADO 15 MG – COMPRIMIDOS REVESTIDOS	002400- 89.2025.8.26.0590	DOUGLAS VITOR GONÇALVES	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
VALSARTANA 160 MG – COMPRIMIDO (MEDICAMENTO GENÉRICO)	0018853- 19.2012.8.26.0590	KAYNARA BRANDÃO RIBEIRO	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
VENLAFAXINA 150 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: VENLIFT 150 MG)	1004079- 88.2017.8.26.0590	IZILDA HIDALGO	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

VENLAFAXINA 150 MG – COMPRIMIDO	1001958- 77.2023.8.26.0590	ROSANGELA FALEIRO DE MORAES	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
VENLAFAXINA 75 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: VENLIFT)	1004079- 88.2017.8.26.0590	IZILDA HIDALGO	30 COMPRIMIDOS	360 COMPRIMIDOS
VIDAGLIPTINA 50 MG + METFORMINA 1000 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: GALVUS MET)	1011012- 43.2018.8.26.0590	MARIA MONTEIRO DA SILVA	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS
ZOLPIDEM, HEMITARTARATO 10 MG – COMPRIMIDO (MEDICAMENTO GENÉRICO)	0018853- 19.2012.8.26.0590	KAYNARA BRANDÃO RIBEIRO	60 COMPRIMIDOS	720 COMPRIMIDOS

Justificativa para o sistema de registro de preços (ata de registro de preços):

Previsto no artigo 82 da Lei 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.462/2023, o Sistema de Registro de Preços (SRP) é o conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras.

No âmbito do Município o Sistema de Registro de Preços foi regulamentado pela **Lei Municipal 1215-A de 2002**, que determina que o procedimento de Registro de Preços será utilizado, quando conveniente, para materiais e gêneros de consumo frequente, que tenham significativa expressão em relação ao consumo total ou que devam ser adquiridos para diversas unidades administrativas, bem como para os serviços habituais e necessários ou que possam ser prestados a essas unidades.

Além disto, alguns outros fatores trazem inúmeras vantagens quando se realiza o sistema de registro de preços, tais como: inexistência da obrigação de reserva orçamentária, que apenas será efetuada no momento da expedição da nota de empenho; no momento da formalização da ata de registro de preços, não há necessidade de coincidir com o exercício financeiro; a administração pública efetuará o pedido



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

apenas se houver a necessidade e na quantidade suficiente para a ocasião; redução do volume do estoque; redução significativa no volume das licitações, pois a validade do sistema de registro de preços é de 12 (doze) meses.

A modalidade SRP (Sistema de Registro de Preços) mostra-se especialmente mais vantajosa nas situações em que a necessidade de aquisição/contratação do bem é contínua, futura, incerta e previsível, dispensando estocagens de grande quantidade.

No caso em tela, trata-se de aquisição de medicamentos não padronizados, com a finalidade de cumprimento de determinações judiciais do Município de São Vicente, cuja demanda acompanha uma série histórica de demandas judiciais, associada à possibilidade de alterações na posologia dos medicamentos fornecidos, bem como a eventuais solicitações de adesão, na modalidade não participante, por parte de outros municípios.

Sobre a garantia da economia de escala, sem prejudicar a competitividade:

Justifica-se que o Sistema de Registro de Preços do presente expediente incidirá em contratação com o ganhador do certame, por meio do critério “**menor preço por ITEM**” e garantirá a confecção de ata de registro de preços pelo período de 12 (doze) meses.

Neste período, então, fica possível o favorecimento da economia de escala, ou seja, evitará o fracionamento na aquisição caso a gestão resolvesse realizar mais certames licitatórios do mesmo objeto no período.

Como os itens são divisíveis, acarretando algumas entregas enquanto a ata de registro de preços permanece com sua vigência, será possível também garantir a competitividade, influenciando na ampla participação dos interessados durante a licitação.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO INSUMO	QUANTIDADE ANUAL	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ACETAZOLAMIDA 250 MG –	1.080	COMPRIMIDO	R\$ 0,4600	R\$ 496,80



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

	COMPRIMIDOS				
02	ACETILCISTEÍNA 20 MG – XAROPE – FRASCO 100 ML A 120 ML DESCRIÇÃO COMPLETA: MEDICAÇÃO DE REFERÊNCIA: FLUIMUCIL – XAROPE (NECESSÁRIO SER REGISTRADO COMO MEDICAMENTO)	96	FRASCO	R\$ 22,9000	R\$ 2.198,40
03	ACIDO ACETIL SALICILICO TAMPONADO 100 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL OBRIGATORIEDADE DE MARCA: ASPIRINA PREVENT OU SOMALGIM	600	COMPRIMIDO TAMPONADO	R\$ 0,4800	R\$ 288,00
04	ANLIDOPINO 5 MG + BENAZEPRIL 10 MG – COMPRIMIDO (PRESS PLUS 5 / 10 MG) DESCRIÇÃO COMPLETA: MEDICAÇÃO PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL NOME COMERCIAL OBRIGATÓRIO MARCA: PRESS PLUS 5/ 10 MG	600	COMPRIMIDO	R\$ 2,4500	R\$ 1.470,00
05	ARIPRIAZOL 10 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER DEMANDA JUDICIAL	540	COMPRIMIDO	R\$ 17,5900	R\$ 9.498,60
06	ARTROLIVE 500 MG + 400 MG – CÁPSULA GELATINOSA DURA DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL OBRIGATORIEDADE DE MARCA: ARTROLIVE 500MG + 400 MG CÁPSULA GELATINOSA DURA	960	COMPRIMIDO	R\$ 2,5800	R\$ 2.476,80
07	ATENOLOL 25 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: MEDICAMENTO GENÉRICO PARA ATENDER DEMANDA JUDICIAL	1.440	COMPRIMIDO	R\$ 0,2400	R\$ 345,60
08	ATORVASTATINA 40 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: MEDICAMENTO GENÉRICO PARA ATENDER DEMANDA	1.440	COMPRIMIDO	R\$ 7,3000	R\$ 10.512,00



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

	JUDICIAL				
09	ATORVASTATINA 80 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: MEDICAMENTO GENÉRICO PARA ATENDER DEMANDA JUDICIAL	540	COMPRIMIDO	R\$ 6,0300	R\$ 3.256,20
10	BISOPROLOL DE HEMIFUMARATO 5 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER DEMANDA JUDICIAL	600	COMPRIMIDO	R\$ 1,0000	R\$ 600,00
11	BUDESONIDA MICRONIZADA; FUMARATO DE FORMOTEROL DIIDRATADO 6/200 MCG POR INALAÇÃO – PÓ INALANTE – 120 DOSES (INALADOR PRESSURIZADO DOSIMETRADO)	16	FRASCO	R\$ 109,0700	R\$ 1.745,12
12	CANABIDIOL 6000 MG SOLUÇÃO ORAL SEM THC 100 MG/ML – FRASCO 60 ML (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: HEALTH MEDS) PRODUTO CLASSIFICADO COMO MEDICAMENTO	30	FRASCO	R\$ 1.744,5900	R\$ 52.337,70
13	CLOBAZAM 10 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER DEMANDA JUDICIAL	1.080	COMPRIMIDO	R\$ 0,6000	R\$ 648,00
14	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML – GOTAS – FRASCO 20 ML DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER PROCESSO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: RIVOTRIL GOTAS	50	FRASCO	R\$ 22,1400	R\$ 1.107,00
15	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML – GOTAS – FRASCO 20 ML DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER PROCESSO JUDICIAL MEDICAMENTO GENÉRICO	50	FRASCO	R\$ 6,0600	R\$ 303,00
16	COLECALCIFEROL 10.000 UI – COMPRIMIDO	180	COMPRIMIDO	R\$ 7,3500	R\$ 1.323,00



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

	DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL OPÇÕES DE MARCA: ADERA D3 E DPREV				
17	DABIGATRANA, ETEXILATO 150 MG – CÁPSULAS DURAS DESCRIÇÃO COMPLETA: MEDICAÇÃO PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL OBRIGATORIEDADE DE MARCA: PRADAXA	1.200	COMPRIMIDO	R\$ 4,8800	R\$ 5.856,00
18	DAPAGLIFLOZINA 5 MG + METFORMINA 1000 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL OBRIGATORIEDADE DE MARCA: XIGDUO XR 5/1000 MG COMPRIMIDO	1.440	COMPRIMIDO	R\$ 3,4400	R\$ 4.953,60
19	DAPAGLIFOZINA 10 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: OBRIGATÓRIO ATENDER O NOME COMERCIAL: FORXIGA 10 MG – COMPRIMIDO	1.440	COMPRIMIDO	R\$ 4,5900	R\$ 6.609,60
20	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50 MG COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL OPÇÕES DE MARCA: DAFLON OU DIOSMIN	2.880	COMPRIMIDO	R\$ 2,4800	R\$ 7.142,40
21	DOMPERIDONA 1MG/ML SUSPENSÃO ORAL – FRASCO 100 ML DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL	50	FRASCO	R\$ 37,6300	R\$ 1.881,50
22	DULOXETINA, CLORIDRATO 60 MG – CÁPSULA DURA	720	CÁPSULA DURA	R\$ 2,8900	R\$ 2.080,80
23	DUPILUMABE 300 MG – SERINGA PREENCHIDA 2 ML DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL DUPILUMABE 300 MG – SERINGA PREENCHIDA COM SISTEMA DE SEGURANÇA	24	SERINGA PREENCHIDA	R\$ 3.625,8400	R\$ 87.020,16



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

	MEDICAÇÃO DE REFERÊNCIA: DUPIXENT				
24	EMPAGLIFOZINA 25 MG – COMPRIMIDO NOME COMERCIAL: JARDIENCE	450	COMPRIMIDO	R\$ 7,4200	R\$ 3.339,00
25	ESCITALOPRAM 10 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL	450	COMPRIMIDO	R\$ 1,2900	R\$ 580,50
26	ESPIRONOLACTONA 100 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL	600	COMPRIMIDO	R\$ 0,5300	R\$ 318,00
27	EXFORGE HCT 320 MG + 25 MG + 10 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA	448	COMPRIMIDO	R\$ 5,6100	R\$ 2.513,28
28	EXTRATO DE CANNABIS SATIVA COM THC PROMEDIOL 200 MG/ML – FRASCO 10 ML LABORATÓRIO BIOLAB PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL	50	FRASCO	R\$ 418,5200	R\$ 20.926,00
29	FAMPRIDINA 10 MG – COMPRIMIDO PARA ATENDIMENTO AÇÃO JUDICIAL	900	COMPRIMIDO	R\$ 14,9000	R\$ 13.410,00
30	FLUVOXAMINA, MALEATO DE – 100 MG – COMPRIMIDO (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA – LUVOX 100 MG)	1.080	COMPRIMIDO	R\$ 8,2900	R\$ 8.953,20
31	FLUVOXAMINA, MALEATO DE – 100 MG – COMPRIMIDO MEDICAMENTO GENÉRICO	1.080	COMPRIMIDO	R\$ 5,9900	R\$ 6.469,20
32	GABAPENTINA 400 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL	1.530	COMPRIMIDO	R\$ 1,3000	R\$ 1.989,00
33	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDIMENTO DE PROCESSO JUDICIAL	1.440	COMPRIMIDO	R\$ 0,5100	R\$ 734,40
34	HIDRALAZINA 50 MG – COMPRIMIDO	1.440	COMPRIMIDO	R\$ 0,7600	R\$ 1.094,40



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

	DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: APRESOLINA				
35	INFLIXIMABE 100 MG – FRASCO/ AMPOLA + KIT DE INFUSÃO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL	32	FRASCO/ AMPOLA	R\$ 3.152,3300	R\$ 100.874,56
36	INOTERSANA NONADECASSÓDICA 200 MG/ ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – SERINGA PREENCHIDA 1,5 ML	12	SERINGA PREENCHIDA	R\$ 171.908,6500	R\$ 2.062.903,80
37	INSULINA ASPARTE 100 U/ ML – CANETA DESCARTÁVEL PREENCHIDA CONTENDO SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 3 ML (SISTEMA DE APLICAÇÃO FLEX PEN DE 3 ML) PROCESSO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: NOVORAPID FLEX PEN	1.000	CANETA DESCARTÁVEL	R\$ 56,4500	R\$ 56.450,00
38	INSULINA GLARGINA 300 U/ ML – CANETA DESCARTÁVEL PREENCHIDA CONTENDO SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 1,5 ML (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: TOUJEO)	60	CANETA DESCARTÁVEL	R\$ 190,3000	R\$ 11.418,00
39	INSULINA GLARGINA SOLOSTAR 100 U/ ML – CANETA DESCARTÁVEL PREENCHIDA CONTENDO SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 3 ML DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: LANTUS SOLOSTAR	60	CANETA DESCARTÁVEL	R\$ 65,6300	R\$ 3.937,80
40	INSULINA LISPRO 100 UI/ML – FRASCO COM 10 ML DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: HUMALOG FRASCO	80	FRASCO	R\$ 120,3100	R\$ 9.624,80



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

41	INSULINA LISPRO 100 UI/ ML – REFIL DE 3 ML DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: HUMALOG REFIL FORNECIMENTO EM COMODATO DE NO MÁXIMO 30 CANETAS (SOLICITADO SE HOVER NECESSIDADE).	1.000	REFIL	R\$ 44,9100	R\$ 44.910,00
42	LEVETIRACETAM 100 MG/ ML SOLUÇÃO ORAL – FRASCO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: KEPPRA	75	FRASCO	R\$ 128,3100	R\$ 9.623,25
43	LEVODOPA 100 MG + BENSERAZIDA 25 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: PROLOPA BD 125 MG –COMPRIMIDO.	3.600	COMPRIMIDO	R\$ 1,6000	R\$ 5.760,00
44	LISINOPRIL 10 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL	450	COMPRIMIDO	R\$ 0,4600	R\$ 207,00
45	METILFENIDATO, CLORIDRATO 36 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: CONCERTA 36 MG	480	COMPRIMIDO	R\$ 10,8500	R\$ 5.208,00
46	NINTEDANIBE, ESILATO 150 MG – CÁPSULAS MOLES DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL	2.700	CÁPSULA	R\$ 245,9200	R\$ 663.984,00
47	OCRELIZUMABE 300 MG/ 10 ML – SOLUÇÃO PARA DILUIÇÃO PARA INFUSÃO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA	10	FRS/AMPOLA	R\$ 39.464,6600	R\$ 394.646,60



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

	ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL				
48	OXCARBAZEPINA 300 MG – COMPRIMIDO COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: TRILEPTAL	4.050	COMPRIMIDO	R\$ 2,9800	R\$ 12.069,00
49	OXCARBAZEPINA 6% SUSPENSÃO ORAL – FRASCO 100 ML DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: TRILEPTAL SUSPENSÃO ORAL	75	FRASCO	R\$ 72,2200	R\$ 5.416,50
50	OXCARBAZEPINA 300 MG – COMPRIMIDO MEDICAMENTO GENÉRICO	4.050	COMPRIMIDO	R\$ 0,8400	R\$ 3.402,00
51	POLIVITAMINICO COMPRIMIDO (CENTRUM) DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: CENTRUM	450	COMPRIMIDO	R\$ 1,6000	R\$ 720,00
52	PURAVIT MULT SUPLEMENTO ALIMENTAR – SOLUÇÃO ORAL – FRASCO 120 ML	60	FRASCO	R\$ 79,8300	R\$ 4.789,80
53	QUETIAPINA 25 MG COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL	450	COMPRIMIDO	R\$ 0,4100	R\$ 184,50
54	RISEDRONATO SÓDICO 35 MG – COMPRIMIDO REVESTIDO PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: OSTEOTRAT	64	COMPRIMIDO	R\$ 23,2600	R\$ 1.488,64
55	RISPERIDONA 1 MG/ ML – SOLUÇÃO ORAL – FRASCO 30 ML PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL	75	FRASCO	R\$ 24,9800	R\$ 1.873,50
56	RIVAROXBANA 20 MG – COMPRIMIDO PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: XARELTO	1.260	COMPRIMIDO	R\$ 10,7000	R\$ 13.482,00
57	RIVASTIGMINA 9 MG – ADESIVO	450	UNIDADE	R\$ 12,3500	R\$ 5.557,50



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

	TRANSDÉRMICO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL				
58	SORAFENIBE 200 MG – COMPRIMIDO PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL	720	COMPRIMIDO	R\$ 108,3000	R\$ 77.976,00
59	TANSULOSINA, CLORIDRATO 0,4 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL	600	COMPRIMIDO	R\$ 1,9000	R\$ 1.140,00
60	TOPIRAMATO 100 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: TOPAMAX	2.250	COMPRIMIDO	R\$ 8,5400	R\$ 19.215,00
61	TOPIRAMATO 50 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: TOPAMAX	1.080	COMPRIMIDO	R\$ 4,7300	R\$ 5.108,40
62	TOPIRAMATO 100 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER JUDICIAL MEDICAMENTO GENÉRICO	2.250	COMPRIMIDO	R\$ 3,6000	R\$ 8.100,00
63	TOPIRAMATO 50 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL MEDICAMENTO GENÉRICO	3.000	COMPRIMIDO	R\$ 2,0400	R\$ 6.120,00
64	UPADACITINIBE, HEMI – HIDRATADO 15 MG – COMPRIMIDOS REVESTIDOS	1.080	COMPRIMIDO REVESTIDO	R\$ 155,8600	R\$ 168.328,80
65	VALSARTANA 160 MG – COMPRIMIDO MEDICAMENTO GENÉRICO	800	COMPRIMIDO	R\$ 2,6200	R\$ 2.096,00
66	VENLAFAXINA 150 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL OBRIGATORIEDADE DE MARCA: VENLIFT OD	1.200	COMPRIMIDO	R\$ 5,5400	R\$ 6.648,00
67	VENLAFAXINA 150 MG – COMPRIMIDO	1.080	COMPRIMIDO	R\$ 1,0900	R\$ 1.177,20



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

	DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL MEDICAMENTO GENÉRICO				
68	VENLAFAXINA 75 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: VENLIFT OD	900	COMPRIMIDO	R\$ 2,6700	R\$ 2.403,00
69	VIDAGLIPTINA 50MG + METFORMINA 1000 MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL REFERÊNCIA: GALVUS MET 50 + 1000 MG – COMPRIMIDO	1.064	COMPRIMIDO	R\$ 3,5800	R\$ 3.809,12
70	ZOLPIDEM, HEMITARTARATO 10 MG – COMPRIMIDO	1.200	COMPRIMIDO	R\$ 1,4200	R\$ 1.704,00

4. RESERVA DE COTA PARA MEI, EPP E ME

1. Fundamentação Legal

A Lei Complementar nº 123/2006 prevê, em seus artigos 47 e 48, a possibilidade de reservar cotas de até 25% do objeto licitado ou a exclusividade em contratações de até R\$ 80.000,00 para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP). Todavia, o art. 49 da mesma lei estabelece que tais medidas não devem ser aplicadas quando se mostrarem desvantajosas ou puderem causar prejuízos ao objeto contratado, assegurando à Administração a prerrogativa de afastar a regra em situações específicas.

2. Ineficiências Observadas em Licitações de Medicamentos

No âmbito municipal, incluindo especialmente o setor de farmácia responsável pelo atendimento de pacientes oriundos de demanda judiciais, a experiência prática tem demonstrado que a destinação de itens exclusivos a ME/EPP em pregões de medicamentos resulta em:

- ✓ Alto índice de itens desertos ou fracassados: muitas microempresas não apresentam a documentação técnica mínima exigida em edital, como a carta de credenciamento junto ao laboratório



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

farmacêutico, requisito indispensável para assegurar a rastreabilidade e qualidade dos medicamentos. Isso leva a fracassos frequentes em itens destinados exclusivamente às ME/EPP, atrasando a aquisição e comprometendo a logística de abastecimento. As tabelas abaixo, referentes aos resultados dos últimos pregões realizados com reserva de cota para MEI, EPP e ME são exemplos da situação apresentada:

Tabela 01 - PREGÃO 34/25 MEDICAMENTOS JUDICIAIS - RESERVA DE COTA PARA MEI, EPP E ME

DESCRIÇÃO DO MEDICAMENTO	RESULTADO ME/EPP	RESULTADO AMPLA PARTICIPAÇÃO
ACIDO URSODESOXICOLICO 150MG - COMPRIMIDO	ITEM DESERTO	PORTAL R\$ 1,53
BACLOFENO 10MG COMPRIMIDO	KASMEDI R\$ 0,68	KASMEDI R\$ 0,68
CLOBAZAM 10MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO	ITEM DESERTO
CLOBAZAM 20MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO	ITEM DESERTO
CLONAZEPAM 2,5MG/ML - GOTAS - FRASCO 20ML COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: RIVOTRIL GOTAS	ITEM DESERTO	ITEM DESERTO
DAFAGLIFLOZINA 5MG + METFORMINA 1000MG COMPRIMIDO COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: XIGDUO XR 5/1000MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO	ITEM DESERTO
DAPAGLIFOZINA 10MG COMPRIMIDO OBRIGATÓRIO ATENDER O NOME COMERCIAL: FORXIGA 10MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO	ITEM DESERTO
ESCITALOPRAM 10MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO	ITEM DESERTO
ESPIRONOLACTONA 100MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO	ITEM DESERTO
LACTASE COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: LACTASE COMPRIMIDO - 9.000 OU 10.000FCC UNIDADES DE LACTASE REFERÊNCIA: LACTOSIL/ LACLEV/ PERLATTE	ITEM DESERTO	AGLON R\$ 2,00
LEVETIRACETAM 500MG COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: KEPBRA) PARA ATENDIMENTO DE FUTURA AÇÃO JUDICIAL	ITEM DESERTO	ITEM DESERTO



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

LEVETIRACETAM 750MG COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA (COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: KEPBRA) PARA ATENDIMENTO DE FUTURA AÇÃO JUDICIAL	ITEM DESERTO	ITEM DESERTO
NORTRIPTILINA 25MG COMPRIMIDO MEDICAMENTO GENÉRICO	ITEM DESERTO	ITEM DESERTO
OXCARBAZEPINA 300 MG – COMPRIMIDO MEDICAMENTO GENÉRICO	ITEM DESERTO	PORTAL R\$ 1,30
RISEDRONATO SÓDICO 150MG COMPRIMIDO REVESTIDO PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL: MEDICAMENTO GENÉRICO	SULMEDIC R\$ 34,20	KASMEDI R\$ 83,68
RISPERIDONA 1MG/ML – SOLUÇÃO ORAL FRS 30ML PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL	ITEM DESERTO	ITEM DESERTO
SYMBICORT 6/200MCG SPRAY SUSPENSÃO AEROSSOL - 120 DOSE PRINCÍPIO ATIVO: FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO + BUDESONIDA 6/200MCG – SUSPENSÃO AEROSSOL	ITEM DESERTO	ITEM DESERTO
TANSULOSINA, CLORIDRATO 0,4MG - COMPRIMIDO	ITEM DESERTO	ITEM DESERTO
TOPIRAMATO 100MG – COMPRIMIDO MEDICAÇÃO GENÉRICA	KASMEDI R\$ 5,39	KASMEDI R\$ 5,39

Tabela 02 - PREGÃO 104/24 MEDICAMENTOS JUDICIAIS - RESERVA DE COTA PARA MEI, EPP E ME

DESCRIÇÃO DO MEDICAMENTO	RESULTADO
ACETILCISTEÍNA 20MG - XAROPE- FRASCO 100ML À 120ML MEDICAÇÃO DE REFERÊNCIA: FLUIMUCIL XAROPE (NECESSÁRIO SER REGISTRADO COMO MEDICAMENTO)	ITEM DESERTO
ACIDO URSODESOXICOLICO 150MG – COMPRIMIDO COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: URSACOL	ITEM DESERTO
ARIPIRAZOL 15MG - COMRIMIDO	ITEM DESERTO



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

ATENOLOL 25MG COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: MEDICAMENTO GENÉRICO	ITEM DESERTO
BACLOFENO 10MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO
CANABIDIOL 20MG/ML – GOTAS	ITEM DESERTO
CLONAZEPAM 2,5MG/ML - GOTAS - FRASCO 20ML COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: RIVOTRIL GOTAS	ITEM DESERTO
DABIGATRANA, ETEXILATO 150MG CÁPSULAS DURAS COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: PRADAXA	ITEM DESERTO
DAFAGLIFLOZINA 5MG + METFORMINA 1000MG COMPRIMIDO COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: XIGDUO XR 5/1000MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO
DAPAGLIFOZINA 10MG COMPRIMIDO OBRIGATÓRIO ATENDER O NOME COMERCIAL: FORXIGA 10MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO
DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG COMPRIMIDO OPÇÕES DE OBRIGATORIEDADE DE MARCA: DAFLON OU DIOSMIN	ITEM DESERTO
DOMPERIDONA 1MG/ML SUSPENSÃO ORAL – FRASCO 100ML	ITEM DESERTO
ESCITALOPRAM 10MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO
ESPIRONOLACTONA 100MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO
INSULINA LISPRO 100UI/ML - FRASCO COM 10ML PROCESSO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: HUMALOG FRASCO	ITEM DESERTO
LACTASE COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: LACTASE COMPRIMIDO - 9.000 OU 10.000FCC UNIDADES DE LACTASE REFERÊNCIA: LACTOSIL/ LACLEV/ PERLATTE	ITEM DESERTO
NORTRIPTILINA 25MG COMPRIMIDO MEDICAMENTO GENÉRICO	ITEM DESERTO



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

OXCARBAZEPINA 6% SUSPENSÃO ORAL – FRASCO 100ML COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: TRILEPTAL SUSP. ORAL	ITEM DESERTO
PALIPERIDONA, PALMITATO 75MG INJETÁVEL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: INVEGA SUSTENNA 75MG	ITEM DESERTO
TANSULOSINA, CLORIDRATO 0,4MG - COMPRIMIDO	ITEM DESERTO
TRIMETAZIDINA MR 35MG – COMPRIMIDO COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: VASTAREL	ITEM DESERTO
VENLAFAXINA 150MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO
ZOLPIDEM, HEMITARTARATO 10MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO

Tabela 03 - 235/23 MEDICAMENTOS JUDICIAIS - RESERVA DE COTA PARA MEI, EPP E ME

DESCRIÇÃO DO MEDICAMENTO	RESULTADO ME/EPP
ACETILCISTEÍNA 20MG - XAROPE- FRASCO 100ML À 120ML DESCRIÇÃO COMPLETA: MEDICAÇÃO DE REFERÊNCIA: FLUIMUCIL XAROPE	ITEM DESERTO
ACIDO TIOCTICO HR 600MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: MED. PROCESSO JUDICIAL - OBRIGATORIEDADE DE MARCA:: THIOCTACID HR 600MG	ITEM DESERTO
ANLODIPINO 5MG + BENAZEPRIL 10MG COMPRIMIDO (PRESS PLUS 5 / 10MG) DESCRIÇÃO COMPLETA: MEDICAÇÃO PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL NOME COMERCIAL OBRIGATÓRIO MARCA: PRESS PLUS 5/10MG	ITEM DESERTO
BUSPIRONA 5MG COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER DEMANDA JUDICIAL	ITEM DESERTO
CLONAZEPAM 2,5MG/ML - GOTAS - FRASCO 20ML DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER PROCESSO JUDICIAL - NECESSÁRIO SER MEDICAÇÃO DE REFERÊNCIA: RIVOTRIL GOTAS	ITEM DESERTO



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

DAFAGLIFLOZINA 5MG+ METFORMINA 1000MG COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL OBRIGATORIEDADE DE MARCA: XIGDUO XR 5/1000MG COMPRIMIDO	ITEM DESERTO
INSULINA GLARGINA SOLUÇÃO INJETÁVEL - REFIL DE 3ML DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL - MEDICAMENTO REFERÊNCIA: LANTUS FORNECIMENTO EM COMODATO DE NO MÁXIMO 30 CANETAS (SOLICITADO SE HOVER NECESSIDADE)	ITEM DESERTO
LACTASE COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: LACTASE COMPRIMIDO - 9.000 FCC UNIDADES DE LACTASE REFERÊNCIA: LACTOSIL MEDICAÇÃO PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL	ITEM DESERTO
LURASIDONA, CLORIDRATO 80MG COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL OBRIGATORIEDADE DE MARCA: LATUDA 80MG	ITEM DESERTO
MEMANTINA 10MG COMPRIMIDO PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL	ITEM DESERTO
METOPROLOL, SUCCINATO 100MG COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: MEDICAMENTO REFERÊNCIA: SELOZOK	ITEM DESERTO
PALIPERIDONA, PALMITATO 100MG INJETÁVEL DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: INVEGA SUSTENNA 100MG	ITEM DESERTO
PALIPERIDONA, PALMITATO 75MG INJETÁVEL DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: INVEGA SUSTENNA 75MG	ITEM DESERTO
TOPIRAMATO 100MG COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA:TOPAMAX	ITEM DESERTO
TRIMETAZIDINA MR 35MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: VASTAREL	ITEM DESERTO



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

VIDAGLIPTINA 50MG + METFORMINA 850MG – COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PROCESSO JUDICIAL COM OBRIGATORIEDADE DE MARCA: GALVUS MET 50+850MG CP	ITEM DESERTO
VOSORITIDA 0,56MG (NOME COMERCIAL: VOXZOGO) FA EM SOL INJETÁVEL + SERINGA - CAIXA CONTENDO 10 UNIDADES DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL VOSORITIDA 0,56MG (NOME COMERCIAL: VOXZOGO) CX COM 10 FA EM SOL. INJETÁVEL +10 SERINGAS	ITEM DESERTO
ZOLPIDEM, HEMITARTARATO 10MG COMPRIMIDO DESCRIÇÃO COMPLETA: PARA ATENDER AÇÃO JUDICIAL	ITEM DESERTO

- ✓ Preços significativamente mais elevados.
- ✓ Perda de escala e redução da competitividade: a divisão em cotas reduz o volume de cada item, afastando fornecedores de maior porte e fabricantes, diminuindo a atratividade do certame e, conseqüentemente, a competitividade.

Em contato com as áreas de Assistência Farmacêutica dos municípios de Guarujá e Praia Grande, verificou-se que ambos também optaram por não destinar lotes/itens exclusivos a ME/EPP nos pregões de medicamentos. As justificativas apresentadas coincidem com as observadas em São Vicente: elevado número itens desertos ou fracassados, valores unitários significativamente superiores e, em diversos casos, a incapacidade dessas empresas em atender plenamente às exigências técnicas dos editais. Esse alinhamento regional reforça que a não adoção da reserva de cotas para ME/EPP em medicamentos não é uma decisão isolada, mas fundamentada em evidências práticas compartilhadas por diferentes gestões municipais.

3. Evidências em Estudos Nacionais

O estudo realizado no município de Recife (Boa viagem et al., 2017) analisou 244 itens em pregões de medicamentos. Os resultados apontaram índices de fracasso e deserção muito superiores nos itens reservados ou exclusivos para ME/EPP quando comparados à ampla concorrência:

- ✓ Itens fracassados: 48,7% (cota exclusiva) contra 28,9% (ampla concorrência).



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

- ✓ Itens desertos: 29,5% (cota exclusiva) contra apenas 3,6% (ampla concorrência).

A conclusão do estudo foi clara: o cumprimento automático da LC 123/06 nos pregões de medicamentos gera ineficiência, elevação de custos e risco de desabastecimento, forçando muitas vezes contratações emergenciais a preços ainda mais elevados.

4. Impacto nos Atendimentos de Demandas Judiciais

Os efeitos dessa ineficiência repercutem diretamente nas atividades da Farmácia de Demandas Judiciais do Município de São Vicente, setor responsável pelo cumprimento de decisões judiciais relacionadas ao fornecimento de medicamentos e insumos de saúde. A elevação dos índices de itens desertos e fracassados nos pregões de medicamentos acarreta consequências graves, tais como:

- ✓ Atrasos no cumprimento das ordens judiciais, em razão da indisponibilidade de produtos no estoque municipal;

Risco de descumprimento de determinações judiciais, expondo o Município a sanções, multas e responsabilização administração administrativa;

- ✓ Interrupção ou descontinuidade de tratamentos determinados judicialmente, afetando pacientes em condições clínicas delicadas e sob uso contínuo de medicamentos;
- ✓ Necessidade de aquisições emergenciais para evitar o descumprimento de decisões, com elevação significativa dos custos unitários e impacto no orçamento destinado à assistência farmacêutica;
- ✓ Sobrecarga administrativa do setor, que precisa lidar com reprogramações constantes de fornecimento, ajustes contratuais e aumento no aumento no volume de demandas judiciais decorrentes da falta de medicamentos.

Em síntese, a manutenção de altos índices de fracasso e deserção em processos licitatórios impacta diretamente a capacidade do Município de assegurar o cumprimento tempestivo das decisões judiciais, comprometendo a efetividade da política pública de acesso a medicamentos e a credibilidade da Administração perante o Poder Judiciário.

5. Conclusão

Diante do exposto, observa-se que a destinação de itens exclusivos a ME/EPP em pregões de medicamentos no município de São Vicente não atende ao princípio da vantajosidade, nem ao interesse



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

público. Os dados comparativos, aliados à experiência de outros municípios e às evidências de estudos técnicos, comprovam que essa prática:

- ✓ Eleva substancialmente os preços unitários;
- ✓ Aumenta o número de itens desertos e fracassados;
- ✓ Compromete a regularidade dos fornecimentos destinados aos pacientes oriundos de demandas.

Assim, à luz do art. 49 da LC 123/06, recomenda-se que os pregões de medicamentos não adotem a reserva de itens exclusivos para ME/EPP, preservando-se a ampla concorrência como forma de garantir a isonomia, a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, assegurando, sobretudo, a continuidade da assistência farmacêutica no município.

5. CONSÓRCIO ENTRE EMPRESAS

Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País – ***inclusive consórcios de empresas***, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, que atendam estritamente o objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas previstas nos documentos deste processo licitatório – em especial neste Termo de Referência, Edital e nos seus anexos – e nos regramentos e normativas existentes no Brasil sobre o ramo de fornecimento.

6. HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alteração subsequente, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b) Certidão Negativa ou Certidão Positiva Com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa Da União expedida pelo Ministério da Fazenda, englobando os créditos tributários relativos às contribuições sociais conforme Portaria PGFN / RFB nº 1751 de 02 de outubro de 2014;

c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal referente à regularidade mobiliária, relativa à sede da Licitante. Empresas que, nos termos da legislação aplicável, não estiverem inscritas na Fazenda Municipal, estarão, portanto, dispensadas da comprovação de regularidade e ficam obrigadas a declarar sob pena das penalidades cabíveis, tal condição;

d) Certidão de regularidade de débito inscrito com a Fazenda Estadual. Empresas que, nos termos da legislação aplicável, não estiverem inscritas na Fazenda Estadual, estarão, portanto, dispensadas da comprovação de regularidade e ficam obrigadas a declarar sob pena das penalidades cabíveis, tal condição;

e) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica / Receita Federal;

f) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica;

g) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa perante a Justiça do Trabalho, referente aos Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (de acordo com a Lei 12.440/2011).

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL:



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

a) **Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado** para comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, com quantitativo de pelo menos 50% do serviço pretendido (obs.: será admitido o somatório dos atestados para comprovação da capacidade técnica da licitante, sem restrição quanto aos períodos dos contratos).

Justifica-se, portanto que, por meio desta documentação, será possível comprovar que a empresa já forneceu os produtos objeto deste processo e assim dimensionar se possui requisitos profissionais e operacionais para execução do contrato.

b) **Carta de credenciamento específico:** Em sendo a proponente distribuidora ou representante do produto ofertado e vencedora, a mesma deverá apresentar credenciamento da licitante que está autorizada a comercializar o produto objeto deste certame e que, para se classificar, comprovará tal informação por meio de declaração como o modelo constante no anexo, salvo medicamentos que por ocasião da pandemia apresentam instabilidades de fornecimento, devido escassez de matéria-prima (princípio ativo).

Caso a distribuidora ou representante do produto ofertado apresente dificuldade no envio da carta de credenciamento, essa poderá enviar documento de compromisso esclarecendo sobre a escassez de matéria-prima do item vencedor, apresentando documentos comprobatórios dos fabricantes e assumindo a responsabilidade de fornecimento até o término da ata de registro de preços. Esse documento será avaliado pela equipe técnica da Diretoria de Assistência Farmacêutica.

O credenciamento citado será apresentado em papel timbrado do fabricante ou da detentora do registro junto ao Ministério da Saúde, devidamente identificada com o número deste edital e Município, autorizando e comprometendo-se a empresa a fornecer os itens cotados neste processo licitatório, garantindo seu fornecimento quantitativo e qualitativo, portanto não autorizando a substituição destes produtos por outra marca, a não ser em casos específicos em que será anuído formalmente.

Justifica-se que a necessidade do credenciamento específico se estabelece, em razão de se reparar muitas inconsistências no decorrer da vigência da ata de registro de preços, especificamente para distribuidores, não fabricantes, que optam por participar da licitação com os produtos que possuem em



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

seus estoques, sem que haja o menor vínculo entre o fabricante e a referida empresa, afetando vertiginosamente a continuidade e eficiência que devem permear os serviços da administração pública.

c) **Bula:** Deverá apresentar na habilitação, relacionado à área técnica, a bula do medicamento do mesmo fabricante apresentado no certame em conformidade com as especificações do presente termo de referência.

Justifica-se que a apresentação de bulas se faz imprescindível para o momento da licitação, pois nela será possível identificar se o material apresentado na proposta corresponde exatamente ao material apresentado no certame. Isto porque, de acordo com a experiência deste setor, é possível verificar que todas as empresas, sem exceção, transcrevem o descritivo do edital exatamente com o texto disponível neste documento, para poderem participar da licitação sem grandes problemas.

d) **Registro do medicamento:** O número de registro do produto no Ministério da Saúde e cópia autenticada do Certificado de Registro no Ministério da Saúde ou se for o caso, cópia autenticada do Certificado de isenção. Os produtos que porventura não necessitem do Certificado de Registro no Ministério da Saúde nem de Certificado de Isenção deverão ter a não obrigatoriedade comprovada pela licitante. A comprovação de registro vigente, ou o Certificado de Isenção de registro, no Ministério da Saúde deverá ser feita através de cópia autenticada de uma das formas a seguir:

- 1) Registro do Produto com sua respectiva publicação no D.O.U. ou comprovante emitido pelo Ministério da Saúde;
- 2) Pedido de revalidação datado do semestre anterior ao do vencimento, caso o prazo do registro esteja vencido.

As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de emissão.

e) **Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento** expedida pela autoridade sanitária da sede da licitante, conforme Lei nº 5.991 de 17/12/73. A autorização deve ser pertinente ao ramo de atividade do objeto licitado - Certificado da Vigilância Sanitária (ANVISA).

f) **Autorização de Funcionamento (AFE)** expedida pela agência nacional de vigilância sanitária do ministério da saúde.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

g) **Certidão de Regularidade Técnica Expedida pelo Conselho Regional de Farmácia.**

h) **Tabela CMED:** Os valores dos medicamentos devem ser cotados seguindo a tabela CMED com aplicação do desconto.

7. QUALIFICAÇÃO FINANCEIRA

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras dos 02 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente assinado pelo profissional contabilista, comprovados através de publicação quando exigível ou cópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, estando devidamente registrado em seus órgãos de competência, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado. É vedada a substituição por balanços provisórios, mas admitida a prova de boa situação financeira através de demonstrativo de índices Financeiros, assinado pelo profissional Contabilista, devidamente identificado com o nome e CRC, extraídos do balanço de abertura ou intermediário, acompanhado dos demonstrativos contábeis, para fins de análise das condições financeiras da licitante, na hipótese do licitante ter sido constituído no corrente exercício;

b) Comprovação de possuir Capital Social ou o valor do patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor total estimado para cada item que o licitante for participar, devendo a comprovação ser feita relativamente à data apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

A documentação poderá ser apresentada:

a) apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

b) substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.



8. AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS

A(s) empresa(s) deverá (ao) apresentar os documentos de qualificação técnica juntamente com os documentos de habilitação para avaliação, no prazo de 24 horas, a partir da convocação do pregoeiro, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

9. PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Após a homologação do resultado, será lavrada **Ata de Registro de Preços**, convocado o vencedor para a sua assinatura, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de sua convocação.

O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços ou contrato poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa vencedora durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado.

A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame terá validade de 12 (doze) meses, **contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e respeitados os limites da lei, RENOVANDO-SE OS QUANTITATIVOS E APLICANDO-SE OS ÍNDICES ESTABELECIDOS PELA MUNICIPALIDADE.**

O Município de São Vicente não fica obrigado a adquirir uma quantidade mínima dos itens que compõem o objeto da presente licitação, permanecendo ao seu critério a definição de quantitativos e do momento da aquisição.

Os quantitativos totais expressos são estimativos e representam as previsões para o fornecimento durante o período de 12 (doze) meses.

Quando o Licitante vencedor comparecer para a assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá fornecer endereço de e-mail, o qual terá a finalidade de receber o envio das Autorizações de Fornecimento.

No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, o Fornecedor se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que o presente estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme à Instrução nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

Este Registro de Preços poderá ser REVOGADO quando o Órgão Gerenciador não obtiver êxito nas negociações de revisão e adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Este Registro de Preços poderá ser CANCELADO quando ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do Fornecedor.

O Órgão Gerenciador poderá recusar os Objetos ou serviços entregues em desacordo com as especificações.

Por ocasião da entrega dos Objetos ou serviços, em conjunto com o mesmo deverá ser entregue a Nota fiscal/Fatura.

10. FORMA DE RECEBIMENTO OU FABRICAÇÃO OU APRESENTAÇÃO OU EMBALAGEM

A forma de recebimento dos produtos poderá ser parcelada, imediata ou outro prazo estipulado mediante pedido, por meio do envio eletrônico da Autorização de Fornecimento.

Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente há 18 meses a partir da data de entrega ou no mínimo com 75% do prazo de validade total.

Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância fiscal das Atas de Registro de Preços a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, por razão da inviabilidade de utilização dos produtos no período de validade.

Nas notas fiscais deverão constar todos os números de lotes e validades correspondentes às entregas, além de no campo observação, conter o número da Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho e dados bancários para pagamento.

Sempre que necessário, a unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

11. AMOSTRA E OU VISITA TÉCNICA

Não se aplica.

12. LOCAL DE ENTREGA OU DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Os itens solicitados serão entregues de segunda à sexta-feira no **Almoxarifado** da Secretaria da Saúde do Município de São Vicente, situado na Avenida Prefeito José Monteiro, nº 111, Jardim Independência, das 08:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, exceto aos fins de semana, feriados e pontos facultativos. É responsabilidade da empresa na entrega toda a movimentação do material, cabendo aos funcionários do Almoxarifado a conferência.

13. PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O prazo para entrega será de no máximo 10 (dez) dias úteis, após o envio da Autorização de Fornecimento, por meio de correio eletrônico. O prazo de entrega deverá ser de acordo com a descrição da autorização de fornecimento.

14. PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados através de ordem de crédito bancária emitida pela **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** informar o nº da Conta e o Banco a ser creditado a Coordenação Contábil e Orçamentária da **SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE**.

A empresa **CONTRATADA** deverá emitir notas fiscais / faturas correspondentes ao objeto no período, as quais deverão ser entregues na Secretaria da Saúde do Município de São Vicente, Coordenação de Assistência Farmacêutica da Diretoria de Assistência Farmacêutica e Almoxarifado.

Após a aceitação da nota fiscal / fatura, a Secretaria da Saúde de São Vicente, encaminhará ao Departamento de Finanças para providenciar o pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

entrega, contatos a partir da data de recebimento do documento fiscal e conforme Decreto Municipal 5565-A deverá ser apresentado os seguintes documentos:

- Requerimento de pagamento (Anexo VIII);
- Cópias da Ata de registro de preços;
- Cópia da Autorização de Fornecimento – AF;
- Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativada União;
- Certidão de Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo (e-CRDA);
- Certidão de Tributos Mobiliários ou Imobiliários, a depender do objeto do contrato;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Prova de regularidade com o FGTS e contribuições previdenciárias.

A Secretaria da Saúde do Município de São Vicente fará a conferência dos documentos, e para isso terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para aceitá-los ou rejeitá-los, a partir da data da entrega dos mesmos. Caso haja incorreção, a nota fiscal/fatura será submetida a glosas, e seus descontos do valor total do respectivo documento fiscal.

A Nota Fiscal deverá ser acompanhada das Certidões de regularidade perante o INSS (CND) e do FGTS (CRF), e devidamente atestadas pelo representante indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**, através da **SECRETARIA DA SAÚDE DE SÃO VICENTE**. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em nome de: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, CNPJ Nº 46.177.523/0001-09, ENDEREÇO: RUA FREI GASPAR, Nº 384, CENTRO, SÃO VICENTE/SP, CEP 11.310-900.**

Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no Órgão Licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

AQUISIÇÕES

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

Constitui obrigação e responsabilidade da **CONTRATANTE** o pagamento do preço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas:

- a) O planejamento da execução do fornecimento, nos seus aspectos administrativos e técnicos;
- b) Manter, durante todo o prazo de vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que ensejaram sua habilitação na licitação que deu origem ao presente instrumento;
- c) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **MUNICÍPIO**, cujas reclamações se obriga a atender pronta e irrestritamente;
- d) A empresa contratada ficará obrigada a trocar imediatamente, no prazo de 05 (cinco) dias, o material que vier a ser recusado, sem nenhum custo adicional para o **MUNICÍPIO**;
- e) A empresa assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas, decorrentes do fornecimento de material, mão de obra, necessário à boa e perfeita entrega dos produtos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Município ou a terceiros.
- f) Em casos de medicação importada, o **MUNICÍPIO** fica isento de taxas relacionadas ao desembaraço do medicamento junto a Receita Federal, sendo de responsabilidade da **CONTRATADA** todos os procedimentos necessários, para a liberação da medicação. A entrega da medicação deve ser realizada no endereço mencionado no item 12 (doze) deste termo, não sendo possível entregá-la no endereço do paciente.
- g) O **MUNICÍPIO** poderá cancelar a Nota de Empenho e/ou rescindir a Ata de Registro de Preços com a **CONTRATADA**, independentemente de qualquer interpelação judicial, por interesse público devidamente qualificado, no caso de a contratada infringir quaisquer das cláusulas, ou:



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

- g.1) Se cometida qualquer fraude pela empresa **CONTRATADA**;
- g.2) Se a empresa **CONTRATADA** insistir em não cumprir quaisquer obrigações, e/ou responsabilidades a ela afetas, nos termos de que dispõe o presente Edital;
- g.3) Se a empresa **CONTRATADA** entrar em recuperação judicial, concordata ou dissolução, ou nela ocorrer falecimento de sócio que prejudique a execução do objeto;
- g.4) Quando, após reiteradas notificações, ficar evidenciada incapacidade, imperícia ou má-fé por parte da empresa **CONTRATADA** na execução do objetivo licitado;
- g.5) Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento;
- g.6) Por ocorrência de caso fortuito ou e força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do objeto licitado;
- g.7) Se a **CONTRATADA** transferir ou ceder a obrigação de terceiros, no todo ou em parte;
- g.8) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- g.9) A alteração de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da Ata de Registro de Preços;
- g.10) Se, antes da entrega do medicamento ao paciente, houver Decisão Judicial prolatada pelo juiz competente que venha a suspender ou alterar o fornecimento e/ou quantidade dos suprimentos ou relatório do médico que acompanha o paciente suspendendo a medicação ou em caso de óbito do(s) paciente (s).

A **EMPRESA** reconhece por este instrumento que é responsável em qualquer caso por danos ou prejuízos que, eventualmente, venham sofrer: o **MUNICÍPIO**, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros - em decorrência de sua culpa ou dolo na execução da ata de registro de preços, sejam eles causados por si, seus prepostos ou funcionários, bem como por pessoas por esta autorizada a permanecer no local do fornecimento, correndo por sua exclusiva expensa, os ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam motivar, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento exercido pelo **MUNICÍPIO**.



16. PENALIDADES

A **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações cometidas por inobservância às obrigações aqui assumidas, aplicando-se, em cada caso, as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, garantida a defesa prévia:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

A sanção estabelecida no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei 14.133/2021 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da Lei 14.133/2021 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo artigo.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração a **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17. CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA DA DESPESA/DIRETORIA PARTICIPANTE

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E ALMOXARIFADO – DAFA

Órgão SECRETARIA DA SAÚDE

Elemento de Despesa

3.3.90.30.00 Ficha 1119 – Verba 100% MAC

18. FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

O fiscal e gestor do contrato serão respectivamente:



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

- a) Fiscal do contrato:** Jaqueline Gomes Scattone – Farmacêutica – Registro nº 13.330 – CPF 197.XXX.XXX-60;
- b) Gestor do Contrato:** Ana Letícia Prette Bazoli – Farmacêutica – Registro nº 64.872 – CPF 373.XXX.XXX-54.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

ANEXO II

CADASTRO DE RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA

Ata de Registro de Preços

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de São Vicente através da Secretaria de Saúde de São Vicente

Detentora da Ata: _____ (razão social da empresa).

Objeto: XXX

Nome:

Cargo:

R.G. Nº:

C.P.F. Nº

Endereço Residencial (completo):

Telefone Residencial/Celular:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

(Cidade), xx de xxxxxxxx de 2026.

Nome/Assinatura

OBS: O presente cadastro deverá ser assinado pelo responsável do concorrente e apresentado junto com a documentação de HABILITAÇÃO.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

ANEXO III

(Modelo)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS
--

Eu _____ (nome completo), RG nº. _____,
representante legal da _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº.
_____, **DECLARO**, sob as penas da lei, que a empresa **cumpr**e plenamente as exigências e os
requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº XXX/26,
realizado pela Prefeitura Municipal de São Vicente, **inexistindo qualquer fato impeditivo de sua
participação neste certame.**

São Vicente, ____ de _____ de _____.

Proponente – CNPJ

Nome por extenso do Representante Legal

Assinatura do Representante Legal



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

(* Utilização facultativa do modelo).

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a Empresa _____ (denominação da pessoa jurídica) _____, CNPJ Nº _____ é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar Nº 123 de 14/12/2006, e que não apresenta nenhuma das restrições do regime diferenciado e favorecido, dispostas no art. 3º, § 4º, da referida Lei, cujos termos, **declaro** conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº XXX/26**, realizado pela **Prefeitura Municipal de São Vicente através da Secretaria de Saúde de São Vicente**.

São Vicente, ____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal

Nome:.....

RG nº.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

ANEXO V

(Modelo)

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS DISPOSIÇÕES DO EDITAL
--

O Licitante (indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá prestar o objeto da licitação, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato), em atendimento às disposições do Edital de Pregão Eletrônico nº XXX/26, **DECLARA:**

- 1) Que tem pleno conhecimento e concorda com os termos deste Edital e seus Anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- 2) Que os preços propostos são completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os objetos licitados, constantes da proposta;
- 3) Que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste Pregão;

.....

(data)

.....

(representante legal)



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

ANEXO VI

(Modelo)

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO
--

Referente: Pregão Eletrônico nº XX/26

DECLARAÇÃO

_____ (Empresa) _____ inscrito no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____ DECLARA, assegurando o atendimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos na condição de aprendiz ()

Local e data:

Assinatura e carimbo da Proponente



Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade

ANEXO VII

MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

PROCESSO SEI Nº 3551009.401.00002568/2026-43

PROCESSO DE COMPRA (SUP) Nº 29/2026

Pela presente ata de registro de preço, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**, através da **SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO VICENTE** inscrito no CNPJ Nº 46.177.523/0001-09, sediada à Rua Frei Gaspar, 384, nesta cidade, representada, neste ato, pela Secretária de Saúde de São Vicente, a **Dra. Michelle Luís Santos, CPF Nº 340.XXX.XXX-XX**, doravante denominada simplesmente como **“CONTRATANTE”** e, de outro lado a empresa **XX**, inscrita no CNPJ Nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada à **XXXXXXXXXXXXXXXX** n.º **XX**, Bairro: **XXXXXXXXXXXX**, no Município de **XXXXXXX/XX**, CEP **XXXXXXXXXX**, neste ato representado pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXX**, **RG Nº XXXXXXXXXXXXXXXX** e **CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **“CONTRATADA”**, tem entre si justo e acordado o seguinte:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, C.N.P.J. Nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada a **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx** representada pelo(a) Sr(a) **.XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXX(Qualificação)XXXXXX**, C.P.F. Nº **XXXXXXXXXXXXXXXX** e email **XXXXXXXXXXXX**

Lotes	QTDE	OBJETO	VALOR ESTIMADO TOTAL

VALOR TOTAL DA ATA: R\$



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

- 1.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses **contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado, por igual período e do saldo total dos quantitativos registrados, desde que comprovado o preço vantajoso e respeitados os limites da lei.**
- 1.2.** A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame poderá ser utilizada por **órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento licitatório**, mediante prévia consulta e anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem da adesão.
- 1.3.** A autorização para adesão observará os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, bem como as regras definidas pelo órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.
- 1.4.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
- 1.5.** A adesão por órgãos ou entidades não participantes ficará condicionada ao respeito aos limites quantitativos previstos na legislação aplicável e às demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.
- 1.6.** Os preços contratuais serão fixos e irrevogáveis; ultrapassado o período de 12 meses de vigência contratual e havendo sua prorrogação, os valores pactuados poderão ser reajustados, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA-IBGE do período, ou, na falta desse outro índice oficial que, por ventura, vier a substituí-lo.
- 1.7.** O Município de São Vicente não fica obrigado a adquirir uma quantidade mínima dos itens que compõem o objeto da presente licitação, permanecendo ao seu critério a definição de quantitativos e do momento da aquisição.
- 1.8.** Os quantitativos totais expressos são estimativos e representam as previsões para o fornecimento durante o período de 12 (doze) meses.
- 1.9.** O **ÓRGÃO GERENCIADOR** efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por meio eletrônico (e-mail), na forma descrita no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 11/26**.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

CONFORME ITENS 10, 12 E 13 DO TR

1.10. LOCAIS, PRAZOS E HORÁRIOS DE ENTREGA

1.10.1. A forma de recebimento dos produtos poderá ser parcelada, imediata ou outro prazo estipulado mediante pedido, por meio do envio eletrônico da Autorização de Fornecimento.

1.10.2. Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente há 18 meses a partir da data de entrega ou no mínimo com 75% do prazo de validade total.

1.10.3. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância fiscal das Atas de Registro de Preços a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, por razão da inviabilidade de utilização dos produtos no período de validade.

1.10.4. Nas notas fiscais deverão constar todos os números de lotes e validades correspondentes às entregas, além de no campo observação, conter o número da Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho e dados bancários para pagamento.

1.10.5. Sempre que necessário, a unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade.

1.10.6. Os itens solicitados serão entregues de segunda à sexta-feira no Almoxarifado da Secretaria da Saúde do Município de São Vicente, situado na Avenida Prefeito José Monteiro, nº 111, Jardim Independência, das 08:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, exceto aos fins de semana, feriados e pontos facultativos. É responsabilidade da empresa na entrega toda a movimentação do material, cabendo aos funcionários do Almoxarifado a conferência.

1.10.7. O prazo para entrega será de no máximo 10 (dez) dias úteis, após o envio da Autorização de Fornecimento, por meio de correio eletrônico. O prazo de entrega deverá ser de acordo com a descrição da autorização de fornecimento.

1.11. DO PAGAMENTO (CONFORME ITEM 14 DO TR)



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

1.11.1. Os pagamentos serão efetuados através de ordem de crédito bancária emitida pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA informar o nº da Conta e o Banco a ser creditado a Coordenação Contábil e Orçamentária da SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE.

1.11.2. A empresa CONTRATADA deverá emitir notas fiscais / faturas correspondentes ao objeto no período, as quais deverão ser entregues na Secretaria da Saúde do Município de São Vicente, Coordenação de Assistência Farmacêutica da Diretoria de Assistência Farmacêutica e Almoxarifado.

1.11.3. Após a aceitação da nota fiscal / fatura, a Secretaria da Saúde de São Vicente, encaminhará ao Departamento de Finanças para providenciar o pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a entrega, contatos a partir da data de recebimento do documento fiscal e conforme Decreto Municipal 5565-A deverá ser apresentado os seguintes documentos:

- Requerimento de pagamento (Anexo VIII);
- Cópias da Ata de registro de preços;
- Cópia da Autorização de Fornecimento – AF;
- Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão de Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo (e-CRDA);
- Certidão de Tributos Mobiliários ou Imobiliários, a depender do objeto do contrato;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Prova de regularidade com o FGTS e contribuições previdenciárias.

1.11.4. A Secretaria da Saúde do Município de São Vicente fará a conferência dos documentos, e para isso terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para aceitá-los ou rejeitá-los, a partir da data da entrega dos mesmos. Caso haja incorreção, a nota fiscal/fatura será submetida a glosas, e seus descontos do valor total do respectivo documento fiscal.

1.11.5. No caso de devolução da documentação fiscal para correção ou Certidões com validades vencidas, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

1.11.6 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

1.12. As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta da Unidade Orçamentária, a seguir discriminadas, dotação orçamentária:

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E ALMOXARIFADO – DAFA

Órgão SECRETARIA DA SAÚDE

Elemento de Despesa

3.3.90.30.00 Ficha 1119 – Verba 100% MAC

1.13. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar para um o mais item constante do lote registrado, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições.

1.14. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções, previstas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 11/26**, que desta Ata faz parte integrante.

1.15. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.16. O **DETENTOR DA ATA** deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 11/26**.

1.17. Faz parte integrante desta **Ata de Registro de Preços**, aplicando-lhe todos os seus dispositivos, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 11/26**, a Nota de Empenho com os termos aditados e a Proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.18. O **DETENTOR DA ATA** será representada durante a sua execução na qualidade de seu preposto, pelo(a) Sr(a). **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, especialmente designado para esse fim.

1.19. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** será representada durante a sua execução da Ata pela Sra. **Ana Letícia Prette Bazoli**, CPF nº **XXXXXXXXXXXX** (Gestor do Contrato) e pela Sra. **Jaqueline Gomes Scattone**, CPF nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (Fiscal do Contrato), ou a quem vier o(a) substituí-lo(a) no cargo, representante da SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO VICENTE, conforme publicação do Boletim Oficial do Município.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

1.20. As questões oriundas desta Ata e do Procedimento Licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de São Vicente - SP, esgotadas as vias administrativas.

1.21. Para constar, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pela Dra. Michelle Luis Santos, Secretária de Saúde de São Vicente e pelo(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas abaixo.

Michelle Luis Santos
Secretária de Saúde de São Vicente

EMPRESA



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

ANEXO AP-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(ATOS DE PESSOAL)

ÓRGÃO OU ENTIDADE: _____

PROCESSO Nº (DE ORIGEM): _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE: _____

RESPONSÁVEL PELO ATO: _____

INTERESSADO(A): _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1 Estamos CIENTES de que:

- a) o ato do processo acima referido, objetivando seu registro pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, será objeto de prévia análise, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, cabendo, para tanto, procedermos à regular habilitação no Sistema de Processo Eletrônico, na conformidade do quanto estabelece a Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pelo órgão/entidade e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) as informações pessoais do(a) interessado(a) deverão ser mantidas no órgão/entidade de origem para eventual solicitação do TCESP;
- f) no caso de habilitação do interessado(a) no Sistema de Processo Eletrônico, os dados informados deverão manter-se sempre atualizados.



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEL PELO ATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

INTERESSADO(A):

Nome: _____

Cargo (se for o caso): _____

CPF: _____

Assinatura: _____



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

CNPJ Nº: 46.177.523/0001-09

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

VIGÊNCIA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

VALOR (R\$): XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

NOME: KAYO FELYPE NACHTAJLER AMADO

CARGO: Prefeito

CPF: 325.762.868-44

Assinatura: _____



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

ANEXO VIII

(Modelo)

REQUERIMENTO DE PAGAMENTO

(Papel Timbrado da Empresa)

Contrato nº: (Número da Ata de Registro de Preços – AF)

Processo nº: (Número do Processo de Compra – AF)

Objeto contratual: (Material da Licitação Original)

À Prefeitura Municipal de São Vicente

Senhor(a) Fiscal;

A Empresa, CNPJ nº XXX, com sede na rua (endereço completo), por seu representante legal, ao final subscrito, encaminha a vossa senhoria o incluso pedido de pagamento, referente aos serviços prestados (materiais entregues) no mês XXXX (ou outro período estipulado em contrato), em decorrência da prestação dos serviços que especifica, no valor de R\$ XXX (valor por extenso).

Acompanha o presente pedido:

- 1) Nota Fiscal, Nota Fiscal Fatura ou documento equivalente;
- 2) Cópia da requisição de fornecimento de materiais, de prestação de serviços ou execução de obras;
- 3) Medições detalhadas das obras ou serviços realizados, ou dos materiais entregues;

Quando se tratar de contratos de prestação continuada de serviços de mão de obra, com dedicação exclusiva, deverá conter também:



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

- 4) Relação atualizada dos empregados vinculados à execução do contrato, com as respectivas folhas de frequência e de pagamento;
- 5) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);
- 6) Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior ao objeto do pedido de pagamento;
- 7) Cópia das guias quitadas do INSS e do FGTS correspondentes ao mês anterior ao objeto do pedido de pagamento;
- 8) E, no pagamento relativo ao último mês de prestação dos serviços, cópia dos termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, dos empregados vinculados à prestação dos respectivos serviços, ou comprovação de realocação dos referidos empregados para prestar outros serviços.

Local, data.

Assinatura do Representante da Empresa

Carimbo com CNPJ